



A CERTIFICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE NA INDÚSTRIA TÊXTIL PORTUGUESA

Um estudo exploratório

Um projeto:



Em parceria com:



CENTRO DE ESTUDOS SOBRE
ÁFRICA E DESENVOLVIMENTO
ISEG - Universidade de Lisboa



Cofinanciado por:



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 O têxtil em Portugal: uma introdução	6
1.2 Sustentabilidade e certificação na indústria têxtil.	10
2. A CERTIFICAÇÃO TÊXTIL	11
2.1 Certificações: uma tipologia	11
2.2 Certificações	12
2.2.1 BCI	13
2.2.1.2 OEKO-TEX	14
2.2.1.3 GRS/OCS/RCS.	17
2.2.1.4 GOTS	20
3. QUADRO METODOLÓGICO	21
3.1 Questões de partida	21
3.2 Desenho de pesquisa e metodologia.	21
3.3 Recolha de dados	22
3.3.1 Certificações	22
3.3.2 Empresas	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
4.1 Introdução	25
4.2 Um quadro descritivo das empresas observadas	25
4.2.1 Um quadro económico-financeiro das empresas observadas	25
4.2.2 A geografia	32
4.3 As certificações e as empresas	34
4.3.1 Quadro geral	34
4.3.1 A geografia da certificação	36
4.3.3 Certificadas e não-certificadas: que diferenças?	37
4.4 As empresas e as certificações	41
5. CONCLUSÃO	45
5.1 Resumo	45
5.2. Recomendações.	46
5.3 Investigação futura	47
Referências	49

1. INTRODUÇÃO

Este estudo é uma análise da certificação de sustentabilidade na indústria têxtil portuguesa. O objetivo central é mapear o panorama atual das práticas sustentáveis adotadas por este setor crucial da economia portuguesa, avaliando as implicações, desafios e benefícios da certificação no contexto económico e ambiental contemporâneo. Procuramos entender como as certificações de sustentabilidade podem servir como um instrumento estratégico para impulsionar a competitividade das empresas portuguesas no mercado global, respondendo à procura crescente por produtos éticos e ambientalmente conscientes.

A indústria têxtil portuguesa desempenhou historicamente um papel fundamental na economia do país. O Norte, em particular, destaca-se pela sua capacidade de produção, qualidade e inserção internacional. No entanto, o sector enfrenta hoje desafios sem precedentes, impulsionados pela transformação da economia mundial em resultado da crise pandémica e das repercussões da guerra na Ucrânia, que também têm contribuído para flutuações nos preços das matérias-primas, e por uma mudança significativa nos hábitos de consumo, cada vez mais expressivos de preferências por opções sustentáveis e éticas.

A resposta das empresas têxteis portuguesas a estes desafios tem sido notável. Observa-se um aumento significativo na adoção de práticas sustentáveis, não apenas como uma medida de conformidade ou estratégia de marketing, mas como uma abordagem integrada aos processos produtivos. Este movimento tem resultado, em parte, na crescente adesão a diversas certificações de sustentabilidade reconhecidas internacionalmente. Existem milhares. Neste relatório, centramo-nos em seis: BCI, OEKO-TEX, GRS, OCS, RCS e GOTS. Cada uma delas aborda diferentes aspectos da produção têxtil, desde a utilização de materiais orgânicos até à gestão ambiental e à justiça social no local de trabalho. Além disso, todas têm uma relação, mais ou menos distante, com o algodão.

Este estudo detalha a implementação destas certificações nas empresas têxteis portuguesas.

A metodologia empregada neste estudo envolve uma revisão da literatura existente sobre sustentabilidade na indústria têxtil. Fundamentalmente, é uma análise híbrida e comparativa: utilizamos o universo completo das empresas têxteis portuguesas certificadas. Esta abordagem estreita não responde a todas as questões, mas permite transformar o presente estudo num pequeno passo para uma investigação comprometida com o apoio às empresas que, com riscos e custos claros, decidem investir na sustentabilidade e com a pressão que a sociedade pode e deve exercer sobre os legisladores, no

sentido da implementação de quadros regulatórios mais fortes, e as empresas que decidem não investir em sustentabilidade. É um pequeno passo que, esperamos, resultará em novos esforços de investigação.

Oferecemos, assim, uma visão sobre o papel da certificação de sustentabilidade como um diferencial competitivo para a indústria têxtil portuguesa. Enfatiza-se a importância crescente da sustentabilidade como critério de escolha para consumidores e parceiros comerciais internacionais, reforçando a necessidade de as empresas portuguesas continuarem a investir em práticas sustentáveis e na obtenção de certificações que validem seus esforços. O estudo também apresenta e discute recomendações para políticas e estratégias futuras, com o objetivo de fortalecer a posição de Portugal como líder em produção têxtil sustentável no cenário global.

1.1 O TÊXTIL EM PORTUGAL: UMA INTRODUÇÃO

Neste estudo, consideramos a indústria têxtil como a categoria estatística compreendida pela divisão 13 da 3ª revisão da Classificação das Actividades Económicas (CAE3), uma taxonomia usada pelo Instituto Nacional de Estatística para adaptar as Contas Nacionais portuguesas à 2ª revisão da Nomenclatura Geral das Actividades Económicas das Comunidades Europeias (NACE2). Contudo, embora esta escolha pudesse ter resultado numa visão mais precisa da certificação, decidimos alargar esse âmbito analítico para as divisões 14, atinente ao vestuário, e 15, atinente ao calçado, também inscritas na CAE3. Esta escolha tem a ver com a ligação entre produção têxtil, fabrico de vestuário e calçado: embora possam ser vistas como estatisticamente distintas, as empresas têxteis mantêm muitas vezes actividades no fabrico de vestuário e/ou calçado, pelo que, para obtermos uma visão mais vasta deste sector, optámos por alargar a técnica de selecção. Este aspecto é detalhado na secção 3 deste estudo. A tabela 1 detalha o número de grupos, classes e subclasses em cada divisão. Neste estudo, empregamos o termo “indústria têxtil” para designar o conjunto de empresas (unipessoais ou sociedades) abrangidas por estas categorias.

TABELA 1. CATEGORIAS CAE: DIVISÕES, GRUPOS, CLASSES E SUBCLASSES

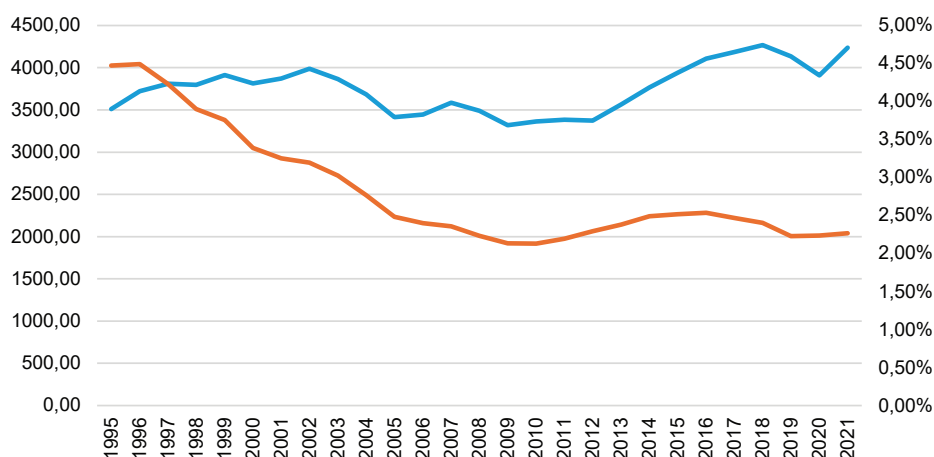
Divisão	Grupo (N)	Classe (N)	Subclasse (N)
13 – Fabricação de têxteis	4	10	22
14 – Indústria do vestuário	3	8	10
15 – Indústria do couro e dos produtos do couro	2	3	6

Fonte: INE, CAE, revisão 3

A importância histórica da indústria têxtil portuguesa é consensual e não carece de documentação extensiva. No presente, importa-nos sublinhar que se trata de um sector fundamental na inserção externa do país e tem vindo a recuperar uma posição que havia perdido na primeira década do séc. XXI (Domingues 2019). As razões desta transformação são relevantes para o estudo ora conduzido, uma vez que a aparente recuperação do sector poderá ter a ver com um *upgrading* produtivo ligado a novos processos de fabrico, um aproveitamento da abertura de novos mercados e um posicionamento mais progressivo no domínio da sustentabilidade (Bruna and Broega 2022; Galvão et al. 2021; Moreira et al. 2023) embora. Tal como documentado na literatura académica (i.e.

(Stadheim 2023; Truett and Truett 2019), a quebra do protagonismo desta indústria deveu-se, entre outras questões, ao choque gerado pela entrada da República Popular da China na Organização Mundial do Comércio e pela perda de competitividade de uma indústria cujo modelo de negócio assentava excessivamente em estruturas de custo desfavoráveis à inovação. As empresas têxteis eram – e ainda são, como tentamos mostrar neste estudo – tendencialmente desfavoráveis à adopção de boas práticas ambientais ou laborais, provavelmente porque o seu entorno económico desincentivava a criação, produção e venda de novos produtos, a que se aliava um entorno cultural desfavorável à transformação de modelos de negócio. Essas estruturas de custo caracterizavam-se por salários muito baixos, investimento inexistente na qualificação da mão-de-obra existente e investimento igualmente inexistente nas capacidades empresariais em investigação e desenvolvimento. Isto produziu uma tendência paradoxal: embora o valor acrescentado bruto deste sector, isto é, o seu contributo para o PIB português depois de deduzidos os consumos primários e intermédios, tenha aumentado em termos absolutos entre 1995 e 2021 (eixo vertical esquerdo), a sua contribuição percentual diminuiu para metade (eixo vertical direito). Isto é, a economia portuguesa cresceu e sofisticou-se a uma velocidade maior que a observada pelo sector aqui em foco. Apesar disso, a maior parte do declínio percentual ocorreu entre 1995 e 2009, tendo estancado a partir daí.

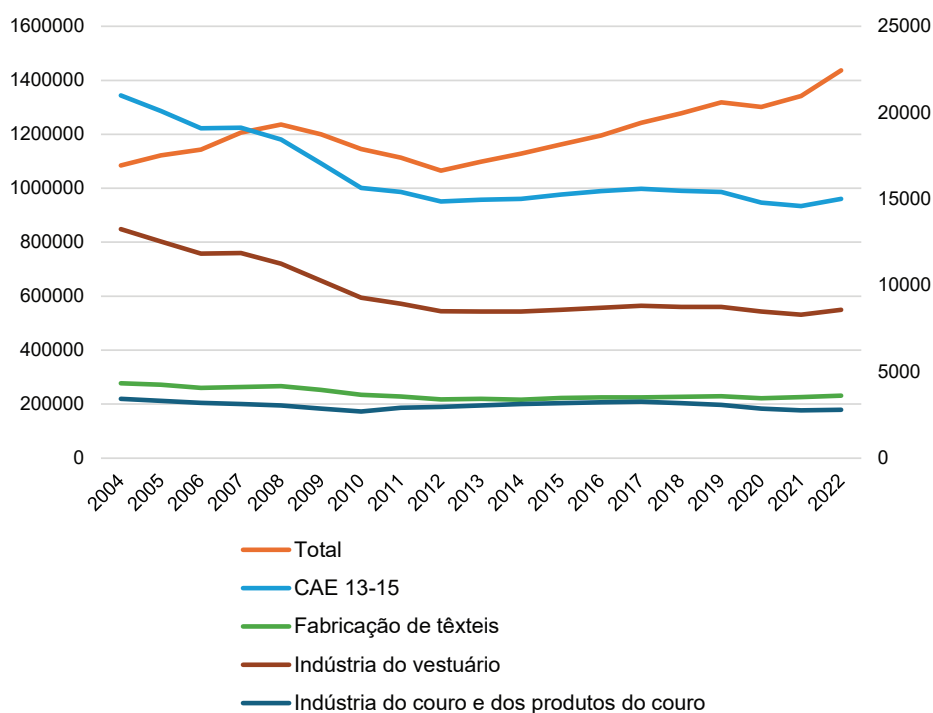
GRÁFICO 1. VALOR ACRESCENTADO BRUTO, CAE3 13-15, 1995-2021



Fonte: INE, Quadro C.1.1.1 - Valor acrescentado bruto por ramo de atividade, A38 (preços correntes; anual)

Assim, o número de empresas compreendido nas divisões 13-15 da CAE3 sofreu uma variação negativa. Mas essa variação não foi uniforme: como pode observar-se no gráfico 2, a quebra mais expressiva ocorreu nas empresas produtoras de vestuário. Entre 2004, data do início da série estatística disponibilizada pelo INE, e a estabilização, ocorrida em 2012, o número destas empresas baixou em 4031 unidades. De facto, ocorre uma variação negativa em todo o sector industrial, uma vez que as empresas têxteis *tout court* também perderam peso (-930 unidades) e, entre 2004 e 2012, desapareceram mais de quinhentas empresas do sector dos couros, que inclui a importantíssima indústria do calçado. Ao passo que o número total de empresas registadas em Portugal tem vindo a aumentar, o sector não tem observado a mesma tendência.

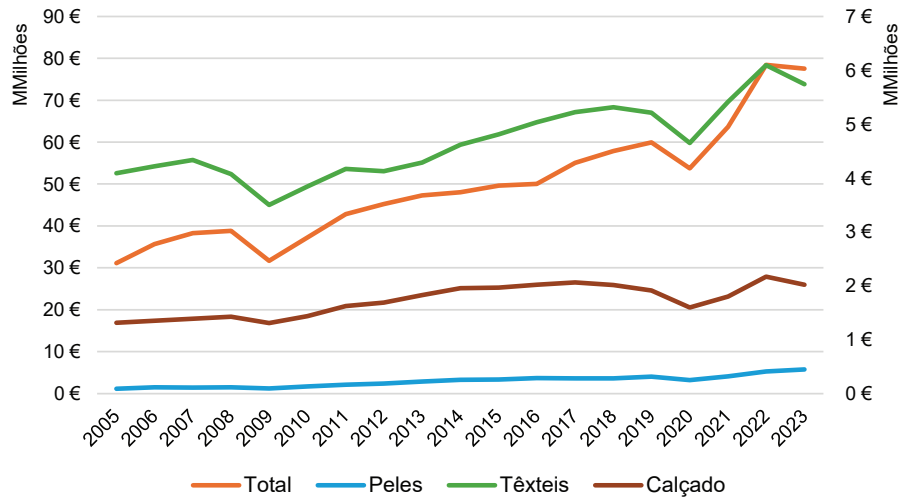
GRÁFICO 2. NÚMERO DE EMPRESAS, CAE 13-15, 2004-2021



Fonte: INE, Empresas (N.º) por Atividade económica (Classe - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas

Apesar destas dificuldades, o sector, como um todo, sobreviveu. O gráfico 2, aliás, mostra que as dificuldades expressas no contributo do VAB têxtil para o PIB português, ou na diminuição do número de empresas, não tem um reflexo concreto no comportamento exportador do sector. As exportações têxteis, em particular, têm ganho um destaque crescente e são beneficiárias da melhoria global do nível de exportações da economia portuguesa. Esta transformação poderá estar relacionada com o posicionamento da economia portuguesa nas cadeias globais de valor dos sectores considerados, embora isso careça de uma análise que vá além da análise de matrizes *input-output* (Domingues 2019) e incida, por exemplo, na co-ocorrência de exportações dentro de um *cluster* produtivo, o que mostra a importância desse conjunto de empresas ou indústrias e sugere um potencial adicional. A Figura 1 traduz esse juízo para uma constatação simples: o sector têxtil português está assinalavelmente integrado e tem uma expressão económica que extravasa a sua rentabilidade.

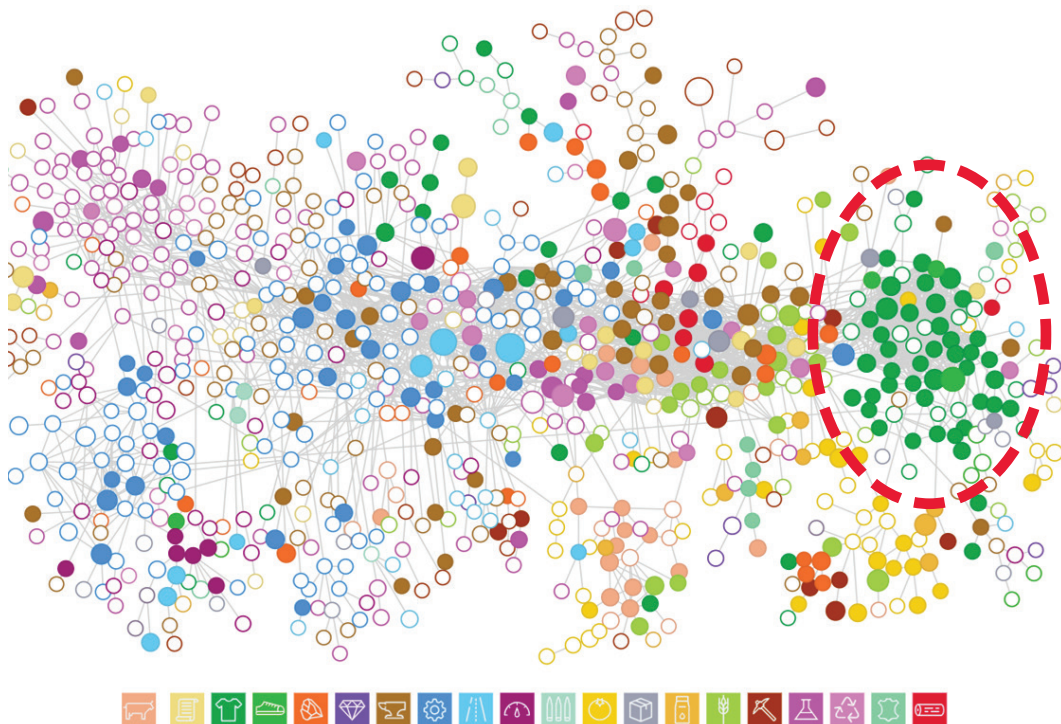
GRÁFICO 3. EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS DE TÊXTEIS, CALÇADO E PELES (2005-2021), EM MILHARES DE MILHÕES DE EUROS



Fonte: Exportações (€) de bens por Local de destino, Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC6) e Meio de transporte; Anual

O *cluster* verde expressa a elevada interligação entre produtos têxteis e, além disso, mostra visualmente o potencial de co-exportação entre produtos já existentes. Assim, é possível verificar que o comportamento exportador do sector têxtil português traduz uma vantagem estrutural face a outros sectores. A circulação de normas e certificações pode estar associada a esta proximidade, embora não existam estudos que testem estas hipóteses.

FIGURA 1. ESPAÇO DE PRODUTO, CLUSTER TÊXTIL PORTUGAL, 2022



Fonte: Observatório da Complexidade Económica

1.2 SUSTENTABILIDADE E CERTIFICAÇÃO NA INDÚSTRIA TÊXTIL

A certificação da sustentabilidade na indústria têxtil (ou da moda) é uma questão de resposta complexa e, actualmente, parcelar. Isto é, as boas práticas são conhecidas e as certificações mais reputadas têm alguma tracção junto dos consumidores, mas os seus impactos ambientais e, no que toca ao tópico deste estudo, as causas e consequências da sua adopção por empresas continuam a ser pouco conhecidas. Consideremos dois repositórios de esquemas de certificação.

O índice Ecolabel é um repositório digital de certificações que também abrange o sector têxtil. Inclui 456 entradas; dessas, 104 têm uma relação com o sector têxtil. A investigação existente que procura capturar a extensão deste universo é muito limitada (Almeida 2015; Plakantonaki et al. 2023) e não foi possível, no âmbito deste estudo, confirmar a fiabilidade da fonte. Contudo, uma comparação com o projecto Standards Map, liderado pelo International Trade Center, sugere que o número de esquemas de certificação para a sustentabilidade não deverá ultrapassar as 150. De acordo com a investigação, liderada pelo ITC, existiam, em Março de 2024, 342 esquemas de certificação. Desses, 99 diziam respeito ao sector têxtil e 73 diziam respeito ao sector do vestuário.

2.

A CERTIFICAÇÃO TÊXTIL

2.1 CERTIFICAÇÕES: UMA TIPOLOGIA

A certificação de qualidade ou sustentabilidade é um aspecto fundamental das relações económicas contemporâneas (Adger and Jordan 2009; Ponte 2019). A certificação de sustentabilidade assenta num *standard*. Isto é, certificam-se produtos, processos e serviços com base em “requisitos que os produtores, comercializadores, fabricantes ou fornecedores de serviços podem ser instados a cumprir, relativamente a um vasto conjunto de métricas de sustentabilidade, incluindo o respeito por direitos humanos fundamentais, segurança e saúde dos trabalhadores, impactos ambientais da produção, relações com comunidade, planeamento do uso do solo e outros” (UNCTAD 2013:4). Para que o *standard* seja validado, exige-se uma validação independente e a manutenção de uma infraestrutura de monitorização que confira autoridade a um conjunto de requisitos. Actualmente, discute-se a certificação no contexto da ascensão de formas de autoridade privada na economia internacional (Hall and Biersteker 2002; Vogel 2010). Neste estudo, analisamos esquemas de certificação de sustentabilidade que assentam numa forma específica de exercício dessa autoridade. A tabela 2 reproduz uma proposta de tipologia:

TABELA 2. DEFINIÇÃO DE TIPOS DE STANDARDS DE SUSTENTABILIDADE

Stakeholder líder	Standard	Quem define	Quem monitoriza	Exemplos
Estado	Certificação pública voluntária	Estado (contributos de ONG, empresas e produtores)	Terceiro	Ecolabel EU; USDA Organic
ONG	Certificação por ONG	ONG	ONG ou Terceiro	FairTrade
	Certificação <i>multistakeholder</i>	Fórum <i>multistakeholder</i>	ONG ou Terceiro	FSC/MSC
Empresa	Standard sector	Grupo de empresas	Vários	GlobalGAP
	Standard empresa	Empresa	Vários	Código Agrícola Sustentável Unilever

Fonte: Lambin e Thorlakson (Adger and Jordan 2009; Ponte 2019).

Neste estudo, não consideramos todas as categorias, uma vez que nenhum dos seis esquemas escolhidos é gerido por uma autoridade pública. Além disso, e embora o esquema GOTS não seja gerido por uma empresa ou conjunto de empresas, também não o é por uma ONG. Mas importa-nos considerar como o governo destes esquemas difere. Assim, a tabela 3 compara indicadores seleccionados a respeito de alguns aspectos da sua gestão.

TABELA 3. DEFINIÇÃO DE TIPOS DE STANDARDS DE SUSTENTABILIDADE

Aspecto	Indicador	BCI	GOTS	GRS	OCS	RCS	OT MiG	OT LS	OT S100	OT SteP
Gestão	Independência	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Participação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Transparência	Verificação de operações	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Verificação de decisões	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Definição	Consulta	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
	Melhoria	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: *International Trade Center Standards Map*

No que concerne à dimensão “Gestão”, o indicador independência expressa a independência económica e operacional do certificador face ao certificado, ao passo que o indicador participação captura a potencial participação dos *stakeholders* na gestão e definição de objectivos do esquema.

No que diz respeito à dimensão “Transparência”, ambos os indicadores procuram capturar a rastreabilidade das operações e decisões de cada um dos esquema em termos de disponibilidade pública da documentação de suporte.

Por fim, a dimensão “Definição” alude à capacidade de influenciar o esquema. O indicador consulta refere-se à consulta pública da definição do esquema e das suas actualização, ao passo que o indicador melhoria expressa a existência de uma política de melhoria contínua do esquema de certificação.

2.2 CERTIFICAÇÕES

Nesta secção, analisamos os seis esquemas de certificação do algodão a que já aludimos. Assim, podemos mostrar que nem todas as certificações dizem respeito ao impacto ambiental. Isto pode ser importante porque as certificações são, cada vez mais, um modo de valorizar os produtos têxteis e de moda. As preocupações de quem consome são cada vez mais dirigidas para as questões da sustentabilidade e justiça na cadeia produtiva, mas uma parte relevante dessas certificações não diz respeito a questões de dignidade no local de trabalho ou a justiça distributiva global; ao invés, procura verificar a qualidade ou integridade dos processos de fabrico com mais impacto na saúde humana ou no ambiente.

A tabela 4 mostra os seis esquemas considerados como especialmente importantes, embora por razões diferentes. A BCI, a GOTS e a especificação orgânica concentram-se em aspectos de sustentabilidade. A OEKOTEX e o trio GRS/OCS/RCS concentram-se em

aspectos relativos à qualidade e segurança de processos de fabrico, embora também manifestem preocupação técnica com sustentabilidade.

TABELA 4. CERTIFICAÇÕES ESCOLHIDAS

Certificação	Certificador	Data	Tipo	Ênfase	Abrangência
BCI (Better Cotton Initiative)	BCI Council	2005	Privado	Sustentabilidade	24 países
OEKOTEX	Vários	1992	Privado	Comércio e sustentabilidade	10000 empresas em 90 países
GRS (Global Recycled Standard)	Textile Exchange	2008	Privado	Sustentabilidade	N/D
OCS (Organic Content Standard)	Textile Exchange	2008	Privado	Sustentabilidade	N/D
RCS (Recycled Claim Standard)	Textile Exchange	2013	Privado	Sustentabilidade	N/D
GOTS (Global Organic Textile Standard)	GOTS International Working Group	2006	Privado	Produção e processamento	79 países (processamento)

Fonte: Elaboração própria

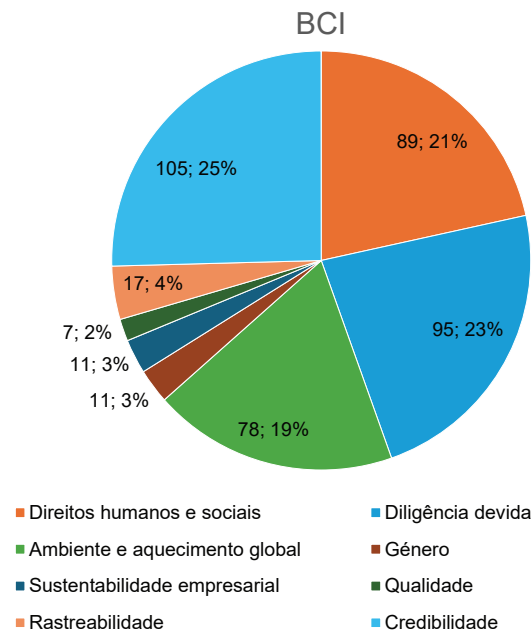
2.2.1 BCI

A BCI é a mais conhecida certificação de algodão do mundo. Iniciou as suas operações em 2005 e tem escritórios na China, na Índia, no Paquistão, na Suíça e no Reino Unido, além de pessoal designado no Brasil, Burkina Faso, Holanda, Quênia, Mali, Moçambique, Suécia, Turquia e Estados Unidos da América.

Tem 2514 membros, entre empresas e organizações da sociedade civil. Cobriu, em 2020, 20% da produção mundial - 4,7 milhões de toneladas produzidas por 2,2 milhões de agricultores. De acordo com os mais recentes dados disponíveis, a BCI certifica em 24 países e os maiores produtores de algodão com esta certificação são o Brasil, a Índia e o Paquistão. Trata-se de uma iniciativa privada e apoiada por algumas das maiores empresas participantes na cadeia do algodão. Concentra-se em oito áreas estratégicas fundamentais: alterações climáticas, biodiversidade e uso da terra, emissões de gases com efeito de estufa, gestão da água, igualdade de género, pesticidas, saúde do solo e trabalho decente. Na sua estratégia 2030, a BCI define cinco áreas prioritárias de impacto: mitigação das alterações climáticas, subsistência de pequenos proprietários, saúde do solo, empoderamento das mulheres e uso de pesticidas.

O gráfico 4 mostra a distribuição de critérios de elegibilidade para certificação BCI de acordo com oito áreas temáticas.

GRÁFICO 4. BETTER COTTON INITIATIVE, DISTRIBUIÇÃO DE CRITÉRIOS POR ÁREA TEMÁTICA



Fonte: International Trade Center Standards Map

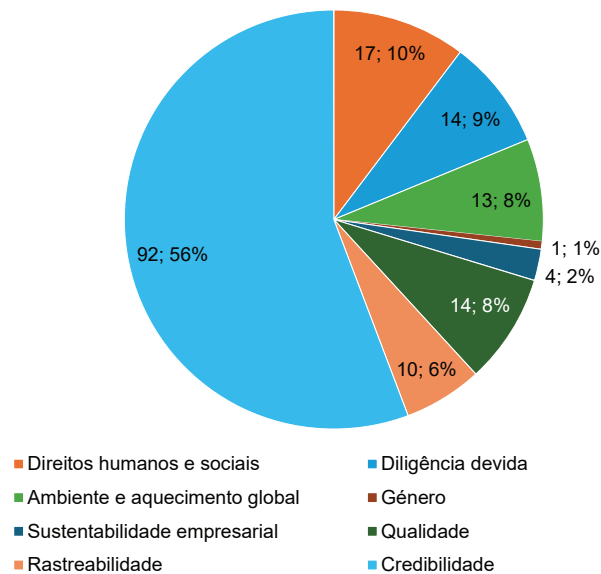
2.2.1.2 OEKO-TEX

A OEKO-TEX é uma certificadora global da indústria têxtil. Fundada em 1992, a OEKO-TEX opera uma rede mundial de institutos de ensaio e organizações parceiras, certificando mais de 10000 empresas em toda a cadeia de valor têxtil. Ao contrário da BCI, a OEKO-TEX não tem membros e não disponibiliza um único esquema de certificação; as empresas obtêm certificações específicas concedidas pelas organizações responsáveis pelos testes.

Tendo isto em conta, a OEKO-TEX oferece várias certificações distintas:

STANDARD 100: Esta certificação garante que os produtos têxteis em todas as fases de produção estão livres de substâncias nocivas. Existem classes de produtos com limites mais rigorosos para artigos de bebé e crianças. As áreas de foco especiais incluem testes a organismos geneticamente modificados (“Tested for GMO”) e a utilização de materiais reciclados (“Recycling”). Para além disto, o S100 tem duas baterias de testes: o Anexo 4 do S100 prevê a testagem de produtos com vista à protecção contra efeitos directamente nocivos para a saúde humana, ao passo que o Anexo 6 prevê a testagem de produtos com vista à protecção contra impactos ambientais nocivos. O gráfico 5 mostra a distribuição de critérios de elegibilidade para certificação OEKO-Tex S100

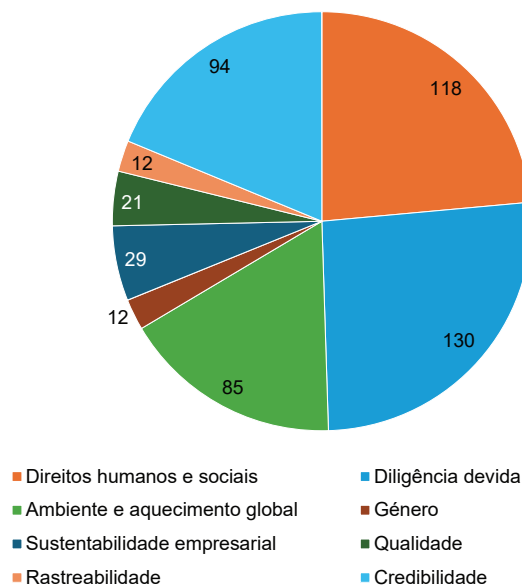
GRÁFICO 5. OEKO-TEX S100, DISTRIBUIÇÃO DE CRITÉRIOS POR ÁREA TEMÁTICA



Fonte: International Trade Center Standards Map

MADE IN GREEN: Esta certificação verifica a ausência de substâncias nocivas e a produção em condições ambientalmente amigáveis e socialmente responsáveis. Os produtos possuem um ID único para transparência da cadeia de fornecimento. O gráfico 6 mostra a distribuição de critérios de elegibilidade para certificação OEKO-Tex Made in Green.

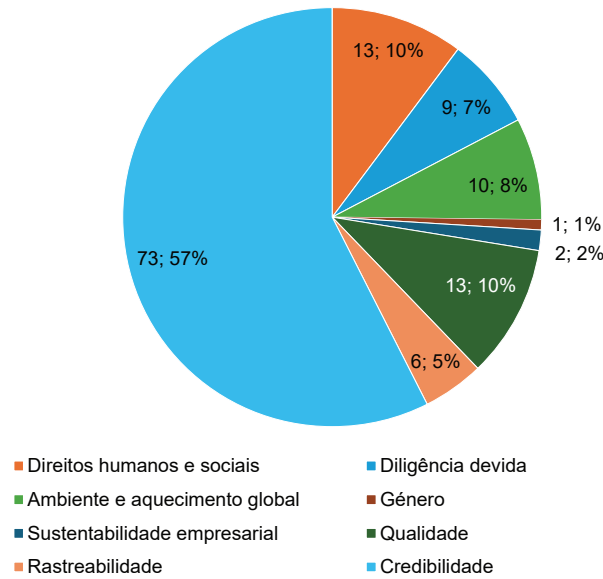
GRÁFICO 6. OEKO-TEX MADE IN GREEN, DISTRIBUIÇÃO DE CRITÉRIOS POR ÁREA TEMÁTICA



Fonte: International Trade Center Standards Map

LEATHER STANDARD: Esta certificação abrange especificamente produtos de couro, garantindo que estão livres de substâncias nocivas ao longo de todo o processo de produção. O gráfico 7 mostra a distribuição de critérios de elegibilidade para certificação OEKO-Tex Leather Standard.

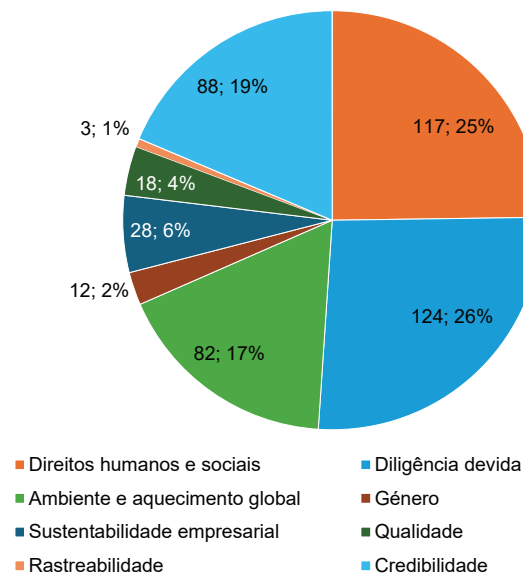
GRÁFICO 7. OEKO-TEX LEATHER STANDARD, DISTRIBUIÇÃO DE CRITÉRIOS POR ÁREA TEMÁTICA



Fonte: International Trade Center Standards Map

SteP: Um sistema de avaliação abrangente para instalações têxteis e de couro. O SteP analisa aspetos como gestão de químicos, desempenho ambiental, gestão da qualidade e responsabilidade social. Esta certificação compreende seis módulos: gestão química, performance ambiental, gestão ambiental, responsabilidade social, gestão da qualidade e saúde e segurança. O gráfico 8 mostra a distribuição de critérios de elegibilidade para certificação OEKO-SteP.

GRÁFICO 8. OEKO-TEX STEP, DISTRIBUIÇÃO DE CRITÉRIOS POR ÁREA TEMÁTICA



Fonte: International Trade Center Standards Map

2.2.1.3 GRS/OCS/RCS

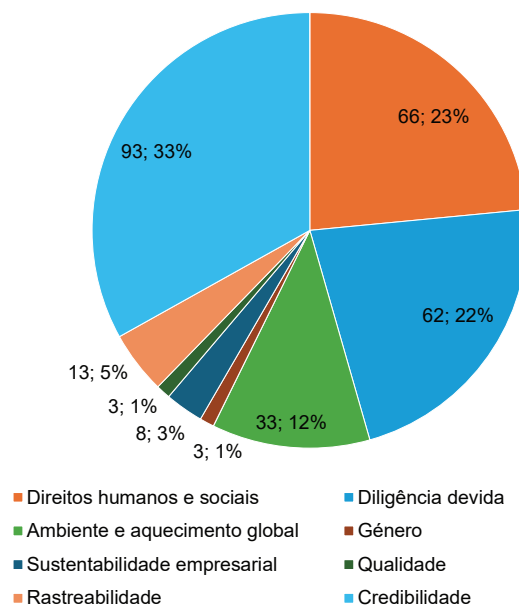
O Global Recycled Standard (GRS), o Organic Content Standard (OCS) e o Recycled Claim Standard (RCS) são certificações geridas pela Textile Exchange (TE). Fundada em 2002, a TE é uma organização global sem fins lucrativos que se dedica a promover a sustentabilidade na indústria têxtil. Os três *standards* foram, de acordo com a TE, concebidos para aumentar a transparência e a responsabilidade dentro da cadeia de abastecimento têxtil global. Cada um deles aborda um aspecto crucial da sustentabilidade têxtil: Os gráficos 9, 10 e 11 mostram a distribuição de critérios de elegibilidade para certificações GRS, OCS e RCS.

Global Recycled Standard (GRS):

Foco: Verifica a utilização de materiais reciclados em produtos, com um requisito mínimo de conteúdo reciclado.

Objectivos: Promove a utilização de conteúdo reciclado para reduzir o desperdício e a necessidade de materiais virgens, apoiando práticas de produção mais circulares.

GRÁFICO 9. GRS, DISTRIBUIÇÃO DE CRITÉRIOS POR ÁREA TEMÁTICA



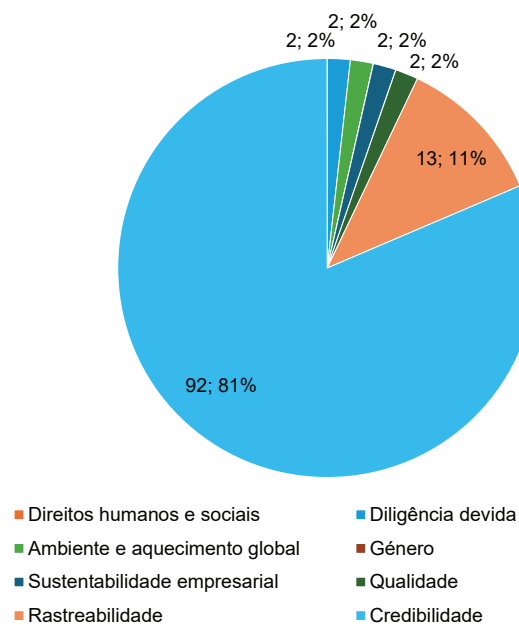
Fonte: International Trade Center Standards Map

Organic Content Standard (OCS):

Foco: Rastreia o fluxo de materiais cultivados organicamente, como o algodão, desde a exploração agrícola até ao produto acabado.

Objetivos: Assegura a integridade orgânica ao longo de toda a cadeia de abastecimento, garantindo a ausência de pesticidas nocivos e OGM.

GRÁFICO 10. OCS, DISTRIBUIÇÃO DE CRITÉRIOS POR ÁREA TEMÁTICA



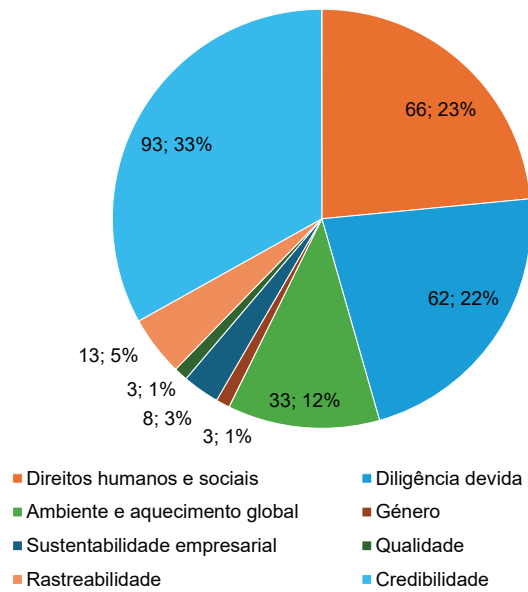
Fonte: International Trade Center Standards Map

Recycled Claim Standard (RCS):

Foco: Semelhante ao GRS, verifica o conteúdo reciclado, mas permite percentagens mínimas inferiores de material reciclado no produto final.

Objectivos: Melhora a rastreabilidade e a transparência, permitindo às marcas fazer declarações credíveis sobre a sua utilização de materiais reciclados.

GRÁFICO 11. RCS, DISTRIBUIÇÃO DE CRITÉRIOS POR ÁREA TEMÁTICA

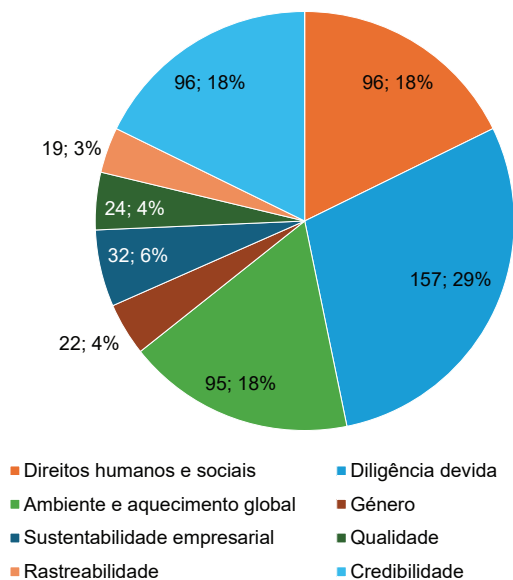


Fonte: International Trade Center Standards Map

2.2.1.4 GOTS

A certificação Global Organic Textile Standard foi lançada em 2006 e é uma das mais reputadas na indústria têxtil. Ao contrário das certificações anteriores, o impacto do GOTS não incide na quantidade de fibra certificada. A razão é clara: esta certificação ocupa-se de toda a cadeia de produção têxtil que inclua pelo menos 70% de fibras orgânicas. Em primeiro lugar, centra-se em quatro princípios: fibras orgânicas, critérios sociais e ecológicos, cobertura de todo o ciclo de vida, e certificação por terceiros. Esta abrangência torna esta certificação relevante, uma vez que agrega aspectos de sustentabilidade ambiental e justiça social. Ao invés do que sucede noutras certificações, os critérios GOTS são de aplicação obrigatória. Além disso, os critérios de certificação incidem em testes normalizados e geridos por um conselho técnico de certificação com 25 membros. Por estas razões, o impacto da GOTS não pode ser medido em termos de algodão produzido. Por um lado, pode ser capturado pelo número de unidades produtoras têxteis com certificação: 12338, distribuídas por 79 países, em 2022. Por outro, à data de Fevereiro de 2023, existiam 9377 fornecedores certificados.

GRÁFICO 12. GOTS, DISTRIBUIÇÃO DE CRITÉRIOS POR ÁREA TEMÁTICA



Fonte: International Trade Center Standards Map

3.

QUADRO METODOLÓGICO

3.1 QUESTÕES DE PARTIDA

A pergunta de partida fundamental deste estudo é a seguinte:

Como se certificam, em que se certificam e quanto se certificam as empresas têxteis portuguesas em sustentabilidade?

Também nos interessa saber mais sobre o modo como as empresas *certificadas* se diferenciam das empresas *não-certificadas* do ponto de vista da sua forma, localização geográfica e capital social, entre outros aspectos. Além disto, importa-nos compreender melhor como empresas em diferentes subsectores de actividade na indústria têxtil se certificam.

3.2 DESENHO DE PESQUISA E METODOLOGIA

O presente estudo é descritivo e exploratório. Isto é, não se concentra em estatística inferencial e não aponta para conclusões definitivas; ao invés, procura fornecer um quadro descritivo e sugerir caminhos de investigação que contribuam não apenas para a acumulação de conhecimento sobre o sector têxtil como também para a transformação das práticas empresariais relativas à sustentabilidade e aos hábitos de consumo associados à indústria têxtil. Esses caminhos podem envolver, por exemplo, estudos de caso sobre uma ou mais empresas identificadas neste estudo exploratório, de modo a que se obtenha uma compreensão detalhada sobre as causas do investimento em determinadas certificações, os processos administrativos e científicos que consubstanciam a certificação ou os dilemas e as contradições das empresas certificadas. Mas também podem envolver inferência estatística sobre a relação entre certificação, características estruturais e/ou desempenho económico, que não é exactamente intuitiva e, muitas vezes, surpreende quem tem um conhecimento superficial sobre estes temas; finalmente, também poderão envolver estudos historicamente informados sobre a adopção de certificações ou práticas ambientalmente responsáveis ao longo de diferentes ciclos histórico-económicos.

O desenho de pesquisa foi adaptado a três sectores produtivos portugueses delimitados, mas obviamente interligados e, em certa medida, interdependentes: a indústria têxtil, do vestuário e do calçado. Contudo, uma concentração exclusiva na fase produtiva levaria a uma omissão relevante do ciclo económico: as vendas. Como veremos,

várias empresas obtêm certificações de sustentabilidade apesar de não terem uma pegada industrial especialmente relevante; a sua certificação advém da sua inclusão em cadeias de valor que valorizam essas certificações como modo de sinalizar aspectos importantes para fornecedores e consumidores finais. Por isso, o desenho de pesquisa procurou incidir na captura de empresas, como unidades de análise, que pertencessem a um perímetro muito alargado. Tendo em conta que o Instituto Nacional de Estatística não disponibiliza publicamente microdados que capturem as características e comportamento de empresas, redesenhou-se a pesquisa para responder às nossas necessidades analíticas e à disponibilidade dos dados, que detalhamos em seguida. Por isso, podemos concluir que se optou por um desenho exploratório, nacional e sectorialmente delimitado, com recurso a dados extensivos.

3.3 RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados iniciou-se após a identificação de esquemas de certificação no perímetro da produção de vestuário que expressassem algum tipo de relação com o algodão. Em seguida, seleccionou-se um conjunto de empresas com actividade económica registada nos termos da tabela 1. Essa selecção acabou por abarcar um conjunto adicional de subclasses.

3.3.1 Certificações

Inicialmente, optou-se por certificações que exprimissem a centralidade de algum tipo de compromisso com princípios de justiça social e ambiental, como o FairTrade International Textile Standard ou o Cotton Made in Africa. Contudo, esta opção revelou-se inviável, já que nenhuma das certificações identificadas tinha dados publicamente disponíveis ou, quando essa disponibilidade existia, não era possível apurar se os dados disponíveis eram suficientemente detalhados para o passo seguinte da investigação. Por estas razões, optou-se pela inclusão dos esquemas já identificados. Embora o seu emparelhamento seja imperfeito, todos os esquemas mantêm bases de dados relativamente actualizadas e, mais importante, nominativas. Isto é, sabemos que empresas são certificadas por cada um dos esquemas identificados. Optou-se pela inclusão de esquemas que incluíssem produtos têxteis a um nível mais alto de generalidade, além de poderem ser incluídos esquemas certificadores de empresas com actividade na área do retalho e não exclusivamente na fase produtiva. Por exemplo, nem todas as certificações OEKO-TEX se concentram exclusivamente em produtos de vestuário e a BCI certifica intermediários com actividade retalhista. Embora a perda de precisão e robustez seja relevante, ganhamos a cobertura adequada a um estudo exploratório. Além disto, a opção pelos seis esquemas (no caso da certificação OEKO-TEX, desdobrámos as observações em dez) decorreu parcialmente da disponibilidade pública dos dados.

Em todos os casos, foi feita uma extracção manual de dados sumários. Tendo em conta a exiguidade de recursos, optou-se pela utilização de variáveis binárias – com excepção do caso da BCI, que dispunha de dados relevantes sobre a data da certificação e a categoria da entidade certificada na óptica do esquema, e da GOTS, que dispunha de dados sobre o produto concreto certificado. Estudos futuros poderão incorporar observações sobre a data de certificação e duração respectiva, permitindo uma análise mais precisa dos nexos de causalidade que afluíram, com muitas limitações, neste estudo.

Em conclusão, obtivemos uma lista de 723 empresas com pelo menos uma das certificações identificadas na secção 2 deste estudo.

3.3.2 Empresas

No caso das empresas, utilizámos a base de dados SABI, do Bureau van Dijk, para extrair um conjunto limitado de microdados empresariais. Os parâmetros da recolha foram simples: todos os códigos CAE 13 a 15 foram seleccionados e, adicionalmente, quatro códigos referentes a intermediários ou retalhistas¹, pelas razões já avançadas. Não diferenciámos entre códigos primários, que expressam a actividade central da empresa, e códigos secundários, que podem ser inscritos como sectores de actividade adicionais. Isto conduz a imprecisões de análise que, do nosso ponto de vista, são amplamente compensadas pela cobertura adicional da base de dados. Assim, qualquer empresa activa que apresente, no SABI, um registo de código CAE primário ou secundário dentro dos nossos parâmetros, passa a ser uma unidade de análise. Obtivemos 13391 empresas. Dessas, 7120 têm um código CAE primário com divisão 13 a 15; isto é, referem-se ao sector têxtil, do vestuário ou calçado. Se adicionarmos as empresas com actividade primária na venda, por grosso ou retalhista, atingimos 9347.

Além de dados básicos de identificação, que incluem nome, NIF, endereço, início de actividade e forma jurídica, também extraímos dados económicos referentes ao resultado operacional mais recente, número de empregados, rentabilidade, custos com materiais e número de marcas detidas pela empresa, perfazendo um total de 120 variáveis.

Depois de estruturada a base de dados, procedeu-se à sua limpeza e sincronização com a lista de empresas com pelo menos uma certificação.

¹ 4611, 4616, 4641 e 4642.

4.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 INTRODUÇÃO

Nesta secção, detalham-se aspectos descritivos do desempenho económico-financeiro das empresas dos sectores têxtil, do vestuário e do calçado e peles. Na secção 4.2.1., as empresas são divididas em segmentos de acordo com a sua tipificação europeia: micro-empresas (1 a 10 trabalhadores assalariados), pequenas empresas (10-49), médias empresas (50-249) e grandes empresas (249+). Na secção 4.2.2., as empresas também são divididas em sectores.

4.2 UM QUADRO DESCRITIVO DAS EMPRESAS OBSERVADAS

4.2.1 Um quadro económico-financeiro das empresas observadas

As tabelas 5.1 e 5.2 fornecem um quadro descritivo agregado das empresas cujos dados recolhemos, filtradas para capturar apenas aquelas cuja CAE primária as coloca no sector. Agrupámos as empresas em função do número de empregados, pelo que a estrutura das tabelas reflecte a divisão conhecida entre micro, pequenas, médias e grandes empresas.

Os indicadores sugerem que a imagem corrente deste sector industrial tem tradução empírica: é dominado por micro-empresas (66% das consideradas) com uma média de 3 empregados em 2022. Os resultados operacionais são relativamente modestos. A rentabilidade económica tendeu a ser muito baixa no mesmo ano, além de ser um sector pouco capitalizado. A tabela revela um panorama do sector têxtil português, evidenciando as diferenças entre as empresas de acordo com o seu tamanho. As microempresas, que compõem a maioria, apresentam resultados operacionais modestos e rentabilidade económica negativa. Em contraste, as grandes empresas, apesar de serem menos numerosas, distinguem-se por resultados operacionais consideráveis e rentabilidade económica positiva.

TABELA 5.1 . TÊXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO: INDICADORES SELECIONADOS

	N	Média de empregados	Resultados operacionais médios (€)	Rentabilidade económica média (%)
Micro-Empresas (0-10)	6735	3,07	330 809,75 €	-24,21
Pequenas Empresas (11-49)	2697	21,39	1 454 254,91 €	-5,62
Médias Empresas (50-249)	741	98,49	8 461 342,79 €	-1,43
Grandes Empresas (249+)	50	495,12	51 565 041,74 €	2,33

Fonte: SABI

A tabela 5.2 tem um interesse particular para este estudo, uma vez que mostra o padrão de certificação pelas empresas. Como esperado, as empresas com maior robustez estrutural e financeira apresentam um número maior de certificações. Observa-se que, à medida que o tamanho das empresas aumenta, não só o capital médio e os custos com materiais aumentam, como também a média de certificações e a contagem de marcas crescem. Este padrão sugere que as maiores empresas não apenas possuem mais recursos financeiros, como também investem mais em sustentabilidade e inovação, como indicado pela maior média de certificações, e têm uma presença de marca mais forte no mercado. As diferenças acentuadas entre micro-empresas e grandes empresas refletem os desafios e oportunidades únicos enfrentados por empresas de diferentes escalas na indústria têxtil portuguesa, destacando a importância de estratégias adaptadas que considerem as particularidades de cada segmento para promover o crescimento e a competitividade no setor.

TABELA 5.2 . TÊXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO: INDICADORES SELECIONADOS (CONTINUAÇÃO)

	N	Capital médio	Custos médios com materiais	Média de certificações (0-10)	Contagem de marcas
Micro-Empresas (0-10)	6735	41 690,20 €	187 033,41 €	0,03	0,13
Pequenas Empresas (11-49)	2697	101 786,89 €	676 309,26 €	0,25	0,27
Médias Empresas (50-249)	741	623 652,35 €	3 691 098,44 €	1,06	0,61
Grandes Empresas (249+)	50	5 672 171,51 €	26 334 176,50 €	1,20	1,70

Fonte: SABI

A tabela 5.3 mostra a distribuição por categoria CAE com mais de cem empresas. A categoria “Produção em massa de outras peças de vestuário, não especificadas” é problemática, na medida em que requer a incorporação de dados secundários.

TABELA 5.3. EMPRESAS POR ACTIVIDADE

Atividades	N
Atividades de acabamento de artigos de vestuário	151
Agentes envolvidos na venda de têxteis, vestuário, peles, calçado e artigos de couro	805
Fabrico de calçado	1285
Fabrico de tecidos de malha e crochê	144
Fabrico de meias e artigos de malha e crochê	117
Fabrico de bagagens, bolsas e similares, selaria e arreios	109
Fabrico de artigos têxteis confeccionados, exceto vestuário	568
Fabrico de outro vestuário de malha e crochê	153
Fabrico de outros têxteis n.e.c.	131
Fabrico de outro vestuário e acessórios	234
Fabrico de roupa interior	188
Fabrico de vestuário de trabalho	105
Fabricação de bordados	225
Fabricação de componentes para calçado	269
Fabricação de outras roupas feitas sob medida, não especificadas	215
Produção em massa de outras peças de vestuário, não especificadas.	2425
Impressão têxtil	161
Comércio por grosso de vestuário e acessórios	1022
Comércio por grosso de calçado	330

Fonte: SABI

A atividade com maior número de empresas é a “Produção em massa de outras peças de vestuário, não especificadas”, contando com 2425 empresas, sugerindo uma concentração de pequenas operações neste segmento. Contrariamente, atividades como o “Fabrico de tecidos de malha e crochê” e o “Fabrico de roupa interior”, apesar de terem menos empresas, mostram resultados operacionais médios significativamente elevados, indicando uma maior escala ou eficiência operacional nestas áreas.

TABELA 5.4. EMPRESAS POR ACTIVIDADE, INDICADORES SELECIONADOS

Actividades	N	Média de empregados	Resultados operacionais médios (m€)	Rentabilidade económica média (%)
Atividades de acabamento de artigos de vestuário	151	9,27	560 596,97 €	-114,42
Agentes envolvidos na venda de têxteis, vestuário, peles, calçado e artigos de couro	805	2,34	242 934,24 €	0,83
Fabrico de calçado	1285	27,12	1 783 608,77 €	-12,86
Fabrico de tecidos de malha e crochê	144	19,42	3 584 700,01 €	-0,77
Fabrico de meias e artigos de malha e crochê	117	22,50	1 542 774,29 €	-3,18
Fabrico de bagagens, bolsas e similares, selaria e arreios	109	30,18	1 460 544,85 €	-6,05
Fabrico de artigos têxteis confeccionados, exceto vestuário	568	17,56	1 484 351,07 €	-9,99
Fabrico de outro vestuário de malha e crochê	153	26,60	2 142 948,59 €	-5,46
Fabrico de outros têxteis n.e.c.	131	20,50	2 307 462,08 €	-364,90
Fabrico de outro vestuário e acessórios	234	12,45	831 384,98 €	-23,82
Fabrico de roupa interior	188	38,55	2 345 651,35 €	-40,22
Fabrico de vestuário de trabalho	105	12,98	728 723,19 €	-2,33
Fabricação de bordados	225	8,19	295 734,44 €	-11,58
Fabricação de componentes para calçado	269	15,66	1 083 968,04 €	3,77
Fabricação de outras roupas feitas sob medida, não especificadas	215	9,47	364 458,01 €	-55,00
Produção em massa de outras peças de vestuário, não especificadas.	2425	21,25	1 262 775,80 €	-9,54
Impressão têxtil	161	16,32	968 103,01 €	-3,38
Comércio por grosso de vestuário e acessórios	1022	6,29	963 760,21 €	-19,77
Comércio por grosso de calçado	330	4,72	1 102 009,45 €	-56,28

Fonte: SABI

TABELA 5.5. EMPRESAS POR ACTIVIDADE, INDICADORES SELECIONADOS (CONTINUAÇÃO)

Actividades	N	Capital médio	Custos médios com materiais	Média de certificações (0-10)	Contagem de marcas
Atividades de acabamento de artigos de vestuário	151	15 724,99 €	169 811,42 €	0,02	0,09
Agentes envolvidos na venda de têxteis, vestuário, peles, calçado e artigos de couro	805	19 991,19 €	83 638,35 €	0,00	0,14
Fabrico de calçado	1285	94 973,33 €	859 244,99 €	0,00	0,23
Fabrico de tecidos de malha e crochê	144	284 309,71 €	2 200 250,95 €	1,57	0,15
Fabrico de meias e artigos de malha e crochê	117	147 328,29 €	735 497,54 €	0,52	0,47
Fabrico de bagagens, bolsas e similares, selaria e arreios	109	61 325,68 €	518 452,04 €	0,00	0,33
Fabrico de artigos têxteis confeccionados, exceto vestuário	568	212 455,34 €	711 042,25 €	0,24	0,21
Fabrico de outro vestuário de malha e crochê	153	188 639,87 €	843 900,68 €	0,24	0,23
Fabrico de outros têxteis n.e.c.	131	160 548,16 €	1 152 210,57 €	0,15	0,17
Fabrico de outro vestuário e acessórios	234	57 558,53 €	332 428,11 €	0,04	0,17
Fabrico de roupa interior	188	208 670,35 €	798 632,22 €	0,42	0,39
Fabrico de vestuário de trabalho	105	74 374,12 €	319 407,26 €	0,00	0,32
Fabricação de bordados	225	34 862,23 €	50 449,13 €	0,24	0,12
Fabricação de componentes para calçado	269	61 959,47 €	524 844,54 €	0,02	0,13
Fabricação de outras roupas feitas sob medida, não especificadas	215	17 205,46 €	94 870,99 €	0,01	0,07
Produção em massa de outras peças de vestuário, não especificadas.	2425	63 243,04 €	411 803,08 €	0,15	0,14
Impressão têxtil	161	132 564,18 €	296 968,00 €	0,59	0,12
Comércio por grosso de vestuário e acessórios	1022	66 143,46 €	588 279,74 €	0,04	0,31
Comércio por grosso de calçado	330	65 972,63 €	788 820,23 €	0,00	0,47

Fonte: SABI

As tabelas 6.1 e 6.2 mostram os mesmos indicadores relativamente ao sector têxtil (CAE 13); as tabelas 7.1/7.2 fazem o mesmo relativamente ao sector do vestuário; as tabelas 8.1/8.2, finalmente, completam o panorama a respeito do sector do calçado. Por fim, as tabelas 9.1/9.2 detalham o sector concentrado na venda por grosso ou retalhista. No que concerne aos desempenhos diferenciais entre os três sectores, torna-se claro que o sector têxtil é mais robusto e intensivo em capital que os outros: em termos de resultados operacionais médios e custos com materiais, as grandes empresas apresentam resultados mais relevantes que as do sector do vestuário ou do calçado. Além disso, o sector têxtil também apresenta uma média superior de marcas registadas, sugerindo uma exposição maior à pressão de consumidores.

TABELA 6.1 . TÊXTIL: INDICADORES SELECIONADOS

	N	Média de empregados	Resultados operacionais médios (m€)	Rentabilidade económica média (%)
Micro-Empresas (0-10)	1052	3,43	286 183,28 €	-45,13
Pequenas Empresas (11-49)	538	21,23	1 822 629,64 €	-18,28
Médias Empresas (50-249)	169	109,75	12 077 486,92 €	4,11
Grandes Empresas (249+)	23	486,74	63 292 711,25 €	0,95

Fonte: SABI

TABELA 6.2 . TÊXTIL: INDICADORES SELECIONADOS (CONTINUAÇÃO)

	N	Capital médio	Custos médios com materiais	Média de certificações (0-10)	Contagem de marcas
Micro-Empresas (0-10)	1052	105 589,95 €	130 147,65 €	0,08	0,11
Pequenas Empresas (11-49)	538	158 427,96 €	901 834,59 €	0,78	0,28
Médias Empresas (50-249)	169	1 384 687,80 €	5 731 061,88 €	2,68	0,56
Grandes Empresas (249+)	23	9 464 638,23 €	32 730 983,11 €	2,00	2,83

Fonte: SABI

O sector do vestuário, descrito nas tabelas 7.1 e 7.2, é menos robusto e intensivo em capital. Essa diferença é marcada pela representatividade menor das grandes empresas e da menor robustez que, em geral apresentam. Isso é especialmente notório nos custos médios com materiais apresentados pelas empresas com mais de 249 empregados. Apesar disso, mostram uma rentabilidade económica média mais alta que as suas congéneres têxteis.

TABELA 7.1 . VESTUÁRIO: INDICADORES SELECIONADOS

	N	Média de empregados	Resultados operacionais médios (m€)	Rentabilidade económica média (%)
Micro-Empresas (0-10)	1968	3,72	172 273,04 €	-32,32
Pequenas Empresas (11-49)	1285	21,45	987 260,47 €	-4,63
Médias Empresas (50-249)	339	99,40	7 442 406,27 €	2,22
Grandes Empresas (249+)	13	360,08	24 519 316,17 €	4,73

Fonte: SABI

TABELA 7.2 . VESTUÁRIO: INDICADORES SELECIONADOS (CONTINUAÇÃO)

	N	Capital médio	Custos médios com materiais	Média de certificações (0-10)	Contagem de marcas
Micro-Empresas (0-10)	1968	17 483,72 €	52 673,92 €	0,01	0,09
Pequenas Empresas (11-49)	1285	51 146,93 €	314 447,40 €	0,15	0,20
Médias Empresas (50-249)	339	410 135,66 €	2 691 554,04 €	0,97	0,53
Grandes Empresas (249+)	13	2 117 558,99 €	7 893 732,47 €	1,08	0,62

Fonte: SABI

O sector do calçado, por sua vez, é aquele que apresenta, por um lado, menor robustez e menor intensidade em capital, que se converte em maior intensidade em trabalho.

TABELA 8.1 . CALÇADO: INDICADORES SELECIONADOS

	N	Média de empregados	Resultados operacionais médios (m€)	Rentabilidade económica média (%)
Micro-Empresas (0-10)	881	3,71	238 824,41 €	-15,21
Pequenas Empresas (11-49)	622	22,96	1 104 922,01 €	-0,04
Médias Empresas (50-249)	217	89,24	7 100 318,41 €	-11,99
Grandes Empresas (249+)	12	612,83	48 540 736,74 €	2,86

Fonte: SABI

TABELA 8.2 . CALÇADO: INDICADORES SELECIONADOS (CONTINUAÇÃO)

	N	Capital médio	Custos médios com materiais	Média de certificações (0-10)	Contagem de marcas
Micro-Empresas (0-10)	881	29 775,44 €	111 170,51 €	0,00	0,07
Pequenas Empresas (11-49)	622	50 555,14 €	452 924,77 €	0,00	0,23
Médias Empresas (50-249)	217	392 288,97 €	3 486 341,25 €	0,01	0,76
Grandes Empresas (249+)	12	3 190 806,17 €	27 820 784,86 €	0,00	1,00

Fonte: SABI

O sector das vendas mostra resultados razoavelmente alinhados com os demais sectores. A pequena parcela de grandes empresas vê os seus resultados distorcidos por um caso específico; apesar disso, este sector é menos intensivo em capital e também menos robusto.

TABELA 9.1 . VENDAS: INDICADORES SELECIONADOS

	N	Média de empregados	Resultados operacionais médios (m€)	Rentabilidade económica média (%)
Micro-Empresas (0-10)	2048	2,08	369 650,23 €	-11,81
Pequenas Empresas (11-49)	161	17,65	2 898 662,48 €	1,28
Médias Empresas (50-249)	16	85,50	10 313 430,95 €	5,66
Grandes Empresas (249+)	2	763,00	110 639 888,74 €	-0,55

Fonte: SABI

TABELA 9.2 . VENDAS: INDICADORES SELECIONADOS (CONTINUAÇÃO)

	N	Capital médio	Custos médios com materiais	Média de certificações (0-10)	Contagem de marcas
Micro-Empresas (0-10)	2048	25 928,79 €	224 964,32 €	0,01	0,22
Pequenas Empresas (11-49)	161	318 303,17 €	1 711 382,70 €	0,08	0,79
Médias Empresas (50-249)	16	246 966,18 €	6 098 850,64 €	0,25	0,94
Grandes Empresas (249+)	2	51 977,50 €	63 714 136,41 €	0,00	0,00

Fonte: SABI

Na secção seguinte, analisa-se a distribuição geográfica das empresas.

4.2.2 A geografia

Historicamente, a distribuição geográfica das empresas deste sector pendeu para as regiões do centro e norte. Como observável pelas tabelas 10.1 (distribuição regional e 10.2 (distribuição urbana), essa tendência continua a verificar-se.

TABELA 10.1 . DISTRIBUIÇÃO REGIONAL AGREGADA DAS EMPRESAS

Região	N	% Total
Alentejo	47	1%
Algarve	46	0%
Centro Portugal	473	5%
Lisboa e Vale do Tejo	959	10%
Norte Portugal	7764	83%
Região Autónoma da Madeira	50	1%
Região Autónoma dos Açores	8	0%

Fonte: SABI

A tabela 10.2 mostra a distribuição concelhia das empresas, confirmando a importância da região Norte e, em particular, do concelho de Guimarães, que mantém 5% de todas as empresas entre os sectores analisados neste estudo.

TABELA 10.2 . DISTRIBUIÇÃO URBANA DAS EMPRESAS

Região	Cidade	N	% Regional	% Total
Norte	Guimarães	475	6,12%	5,08%
Norte	Porto	289	3,72%	3,09%
LVT	Lisboa	275	100,00%	2,94%
Norte	Barcelos	144	1,85%	1,54%
Norte	Maia	138	1,78%	1,48%
Norte	São João da Madeira	138	1,78%	1,48%
Norte	Braga	137	1,76%	1,47%
Norte	Felgueiras	119	1,53%	1,27%
Norte	Vizela	97	1,25%	1,04%
Norte	Vila Nova de Gaia	91	1,17%	0,97%

Fonte: SABI

As tabelas 10.3 e 10.4 mostram a distribuição sectorial por região e as percentagens regional e nacional de cada sector. Com esta análise, confirma-se a importância da região do Norte, particularmente no que diz respeito ao vestuário, e a expressividade de Lisboa, no que toca às vendas.

TABELA 10.3 . DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL POR REGIÃO

Sector	Alentejo	%Região	%Total	Algarve	%Região	%Total	Centro Portugal	%Região	%Total
Têxteis	11	23,40%	0,12%	21	45,65%	0,22%	136	28,75%	1,46%
Vestuário	12	25,53%	0,13%	7	15,22%	0,07%	142	30,02%	1,52%
Calçado	7	14,89%	0,07%	1	2,17%	0,01%	36	7,61%	0,39%
Vendas	17	36,17%	0,18%	17	36,96%	0,18%	159	33,62%	1,70%

Fonte: SABI

TABELA 10.4 . DISTRIBUIÇÃO URBANA DAS EMPRESAS

Sector	Lisboa e Vale do Tejo	%Região	%Total	Norte Portugal	%Região	%Total	Região Autónoma da Madeira	%Região	%Total
Têxteis	135	14,08%	1,44%	1464	18,86%	15,66%	11	22,00%	0,12%
Vestuário	207	21,58%	2,21%	3225	41,54%	34,50%	12	24,00%	0,13%
Calçado	121	12,62%	1,29%	1565	20,16%	16,74%	2	4,00%	0,02%
Vendas	496	51,72%	5,31%	1510	19,45%	16,15%	25	50,00%	0,27%

Fonte: SABI

4.3 AS CERTIFICAÇÕES E AS EMPRESAS

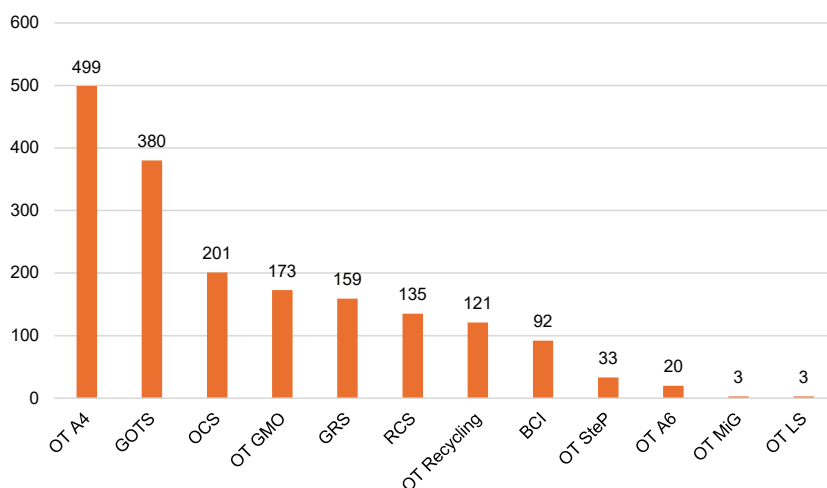
Nesta secção, exploramos cada certificação. Em primeiro lugar, contamos o número de empresas certificadas numa das certificações identificadas na secção 2. Em seguida, comparamos os aspectos já mencionados na secção 4.1, nomeadamente aspectos económicos e distribuição geográfica, entre empresas certificadas e sem certificação.

4.3.1 Quadro geral

O gráfico 13 mostra o quadro geral dos esquemas de certificação nas empresas identificadas. O anexo 4 do Standard 100 OEKO-TEX certifica 499 empresas, perfazendo 5% das 9347 entidades com actividade primária no sector têxtil, do vestuário ou do calçado e peles. O *standard* GOTS, por outro lado, certifica 380 empresas, perfazendo 4% do total. Ao contrário do potencialmente expectável, o trio GRS/OCS/RCS não certifica o mesmo número de empresas: o OCS certifica 201, ao passo que o GRS certifica 159 e o RCS certifica 135. Um esquema OEKO-TEX relativo à presença de organismos geneticamente modificados certifica 173, sugerindo preocupações paralelas à utilização de materiais orgânicos ou reciclados. Por fim, esquemas mais exigentes ou estreitos, como o SteP (33) ou o MiG (3), ambos da OEKO-TEX, são muito menos relevantes para as empresas portuguesas.

Em seguida, concentramo-nos na distribuição destas certificações desagregada por sectores de actividade.

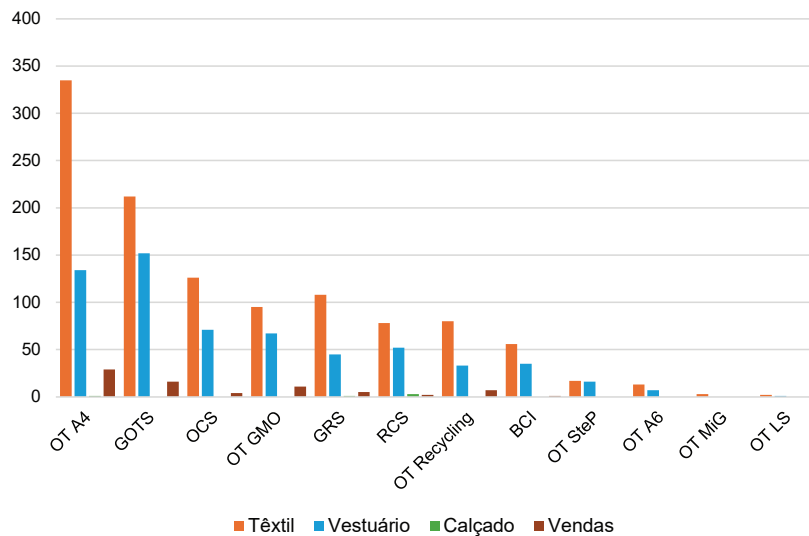
GRÁFICO 13. EMPRESAS CERTIFICADAS



Fonte: SABI, elaboração própria

As empresas no sector têxtil tendem a certificar-se mais e num espectro maior de certificações. No caso do anexo 4 do *standard* OEKO-TEX S100, a diferença é especialmente marcada, tal como no caso do *standard* GRS. No caso da certificação BCI, a diferença não é especialmente marcada.

GRÁFICO 14. EMPRESAS CERTIFICADAS, DISTRIBUIÇÃO POR SECTOR

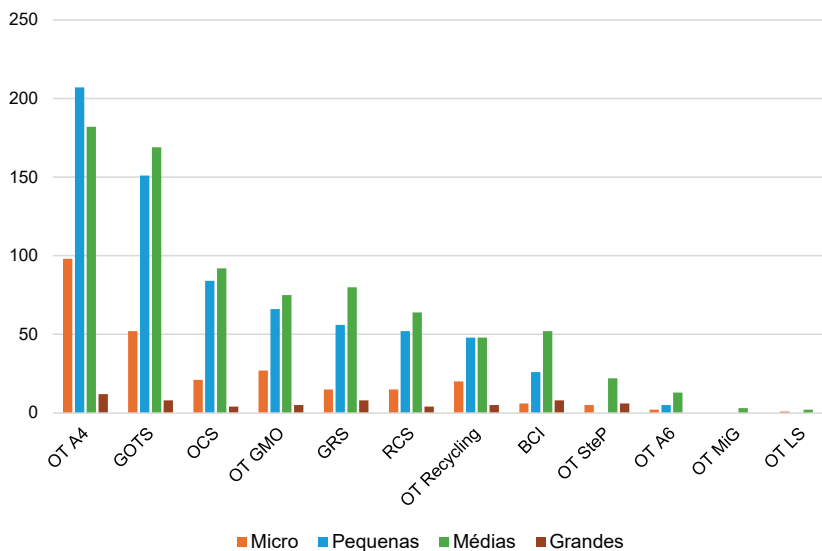


Fonte: SABI, elaboração própria

Quanto à distribuição de certificações por empresa categorizada de acordo com o número de empregados, o gráfico 15 fornece uma visualização dos valores absolutos. Como se torna visível, as pequenas e médias empresas, como constituintes da espinha dorsal do sector e de toda a economia portuguesa, são particularmente relevantes, nomeadamente nas duas certificações mais relevantes: OEKO-TEX S100, anexo 4, e GOTS.

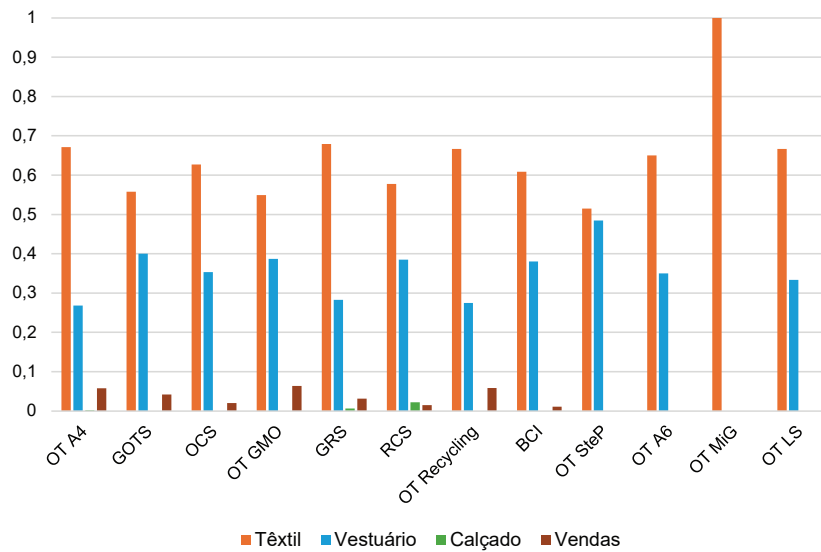
O gráfico 16 oferece uma correcção a esta visão enviesada, uma vez que pondera a percentagem de empresas certificadas sobre o total da categoria. Desse ponto de vista, a cobertura das certificações nas médias e grandes empresas destes sectores é particularmente expressiva e sugere que, deste ponto de vista, as empresas portuguesas estão bem posicionadas nas respostas de sustentabilidade, pelo menos do ponto de vista da certificação das suas actividades nesse perímetro.

GRÁFICO 15. EMPRESAS CERTIFICADAS, DISTRIBUIÇÃO POR SECTOR



Fonte: SABI, elaboração própria

GRÁFICO 16. EMPRESAS CERTIFICADAS, DISTRIBUIÇÃO POR SECTOR (% DO TOTAL)

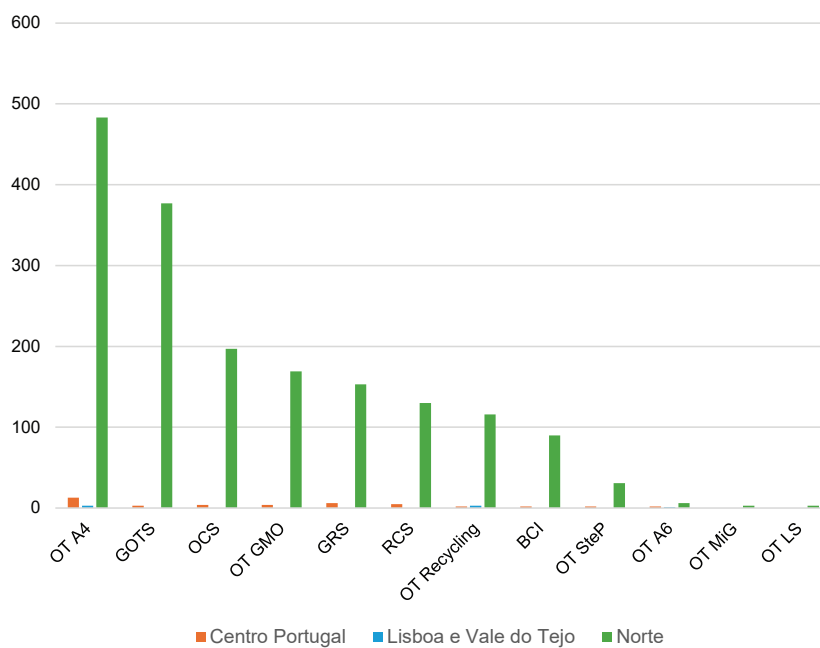


Fonte: SABI, elaboração própria

4.3.1 A geografia da certificação

A distribuição geográfica das empresas certificadas, em termos absolutos, apresenta-se no gráfico 17.

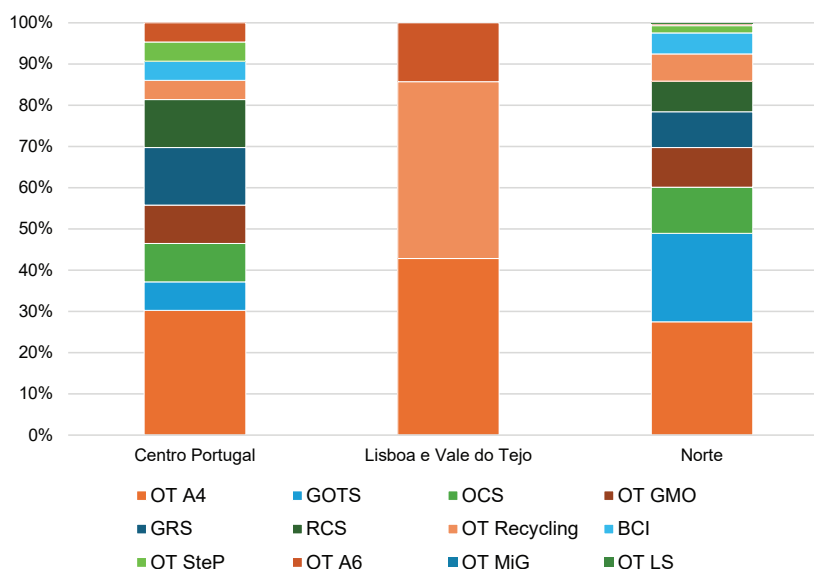
GRÁFICO 17. EMPRESAS CERTIFICADAS, DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



Fonte: SABI, elaboração própria

O gráfico 18 mostra a composição das certificações em cada região. Dado que o Alentejo, o Algarve e as regiões autónomas não mostram qualquer resultado, foram excluídas da visualização.

GRÁFICO 18. EMPRESAS CERTIFICADAS, DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



Fonte: SABI, elaboração própria

4.3.3 Certificadas e não-certificadas: que diferenças?

As diferenças entre empresas certificadas e não certificadas começam a clarificar-se nas tabelas 11.1 e 11.2. Tal como esperado, as empresas certificadas têm maior robustez financeira, além de empregarem mais trabalhadores e terem mais marcas registadas. As tabelas 11.3 e 11.4 expressam estas diferenças agrupando as empresas nas categorias já exploradas na secção 4.1.

Empresas com certificações mostram não apenas um número maior de empregados, mas também resultados operacionais e rentabilidades económicas consideravelmente superiores às empresas não-certificadas. Isso sugere que as certificações podem desempenhar um papel crucial na otimização da eficiência operacional e na melhoria da performance financeira. Existe uma variedade notável nos resultados operacionais e na rentabilidade económica entre as diferentes certificações. Por exemplo, a certificação OEKO-TEX SteP destaca-se com a maior rentabilidade económica média de 9,36%, enquanto a OEKO-TEX Leather Standard mostra uma rentabilidade económica média negativa. Isso indica que o tipo de certificação possui uma correlação direta com o impacto específico no desempenho financeiro da empresa.

O número elevado de empregados em empresas com certificações como BCI e OT MiG reflete potencialmente um maior crescimento e capacidade de escala. A média de empregados nas empresas certificadas é significativamente maior em comparação com as não certificadas, reforçando a ideia de que as certificações podem contribuir para o crescimento empresarial sustentável.

TABELA 11.1. EMPRESAS CERTIFICADAS E NÃO-CERTIFICADAS, INDICADORES SELECIONADOS

	Média de empregados	Resultados operacionais médios (m€)	Rentabilidade económica média (%)
Empresa não-certificada	15	1 352 458,20 €	-29,66
OT A4	64	8 134 554,29 €	4,76
GOTS	71	9 097 600,64 €	5,47
OCS	75	9 858 801,49 €	3,75
OT GMO	74	10 697 638,17 €	6,42
GRS	95	12 521 855,08 €	6,74
RCS	81	10 477 684,03 €	3,42
OT Recycling	86	12 593 257,09 €	6,34
BCI	133	18 259 781,87 €	4,58
OT SteP	186	21 039 767,45 €	9,36
OT A6	68	12 920 611,72 €	5,13
OT MiG	171	18 926 617,96 €	2,71
OT LS	60	4 977 845,26 €	-1,52
Média certificações	91	11 604 498 €	2

Fonte: SABI, elaboração própria

TABELA 11.2. EMPRESAS CERTIFICADAS E NÃO-CERTIFICADAS, INDICADORES SELECIONADOS

	Capital médio	Custos médios com materiais	Contagem de marcas
Empresa não-certificada	113 695,70 €	661 304,50 €	0,23
OT A4	933 187,54 €	3 936 519,07 €	0,62
GOTS	883 384,11 €	4 132 927,95 €	0,53
OCS	865 943,63 €	4 585 502,71 €	0,48
OT GMO	1 276 832,87 €	5 303 475,23 €	0,55
GRS	1 511 891,77 €	5 628 677,31 €	0,79
RCS	828 287,74 €	4 543 950,11 €	0,33
OT Recycling	1 667 397,96 €	6 714 971,28 €	0,88
BCI	2 618 115,63 €	8 734 433,24 €	0,97
OT SteP	3 660 081,72 €	8 198 325,72 €	1,33
OT A6	992 949,93 €	8 099 126,05 €	0,65
OT MiG	1 633 333,33 €	9 066 942,31 €	0,33
OT LS	924 699,48 €	2 376 303,15 €	0,33
Média certificações	1 377 677,03 €	5 537 112,20 €	0,62

Fonte: SABI, elaboração própria

Empresas com certificações como BCI e OT SteP exibem não só um capital médio muito superior (2 618 115,63 € e 3 660 081,72 €, respectivamente) comparativamente às empresas não-certificadas (113 695,70 €), mas também investem significativamente mais em materiais, o que pode indicar uma aposta em qualidade e sustentabilidade.

Além disso, a contagem de marcas é notavelmente maior em empresas com certificações (atingindo 1,33 em OT SteP), refletindo potencialmente uma maior visibilidade no mercado e um compromisso com a diferenciação e qualidade. Este padrão sugere que as certificações podem estar associadas a uma estratégia empresarial que valoriza a inovação, a sustentabilidade e o branding.

Por outro lado, certificações como OCS e GOTS, apesar de um capital médio elevado, mostram também um alto investimento em custos com materiais, o que pode refletir a adoção de práticas sustentáveis que frequentemente envolvem custos iniciais maiores mas que podem levar a ganhos de longo prazo, tanto em eficiência operacional quanto na conquista de mercados mais conscientes.

As tabelas 11.1 e 11.2 ilustram claramente como as empresas certificadas tendem a possuir uma base de capital mais robusta, investem mais em materiais (possivelmente refletindo a qualidade e sustentabilidade dos mesmos) e possuem uma maior quantidade de marcas registradas, indicando um forte foco em inovação e posicionamento de mercado. Estes dados sublinham a importância das certificações como um diferencial competitivo no setor têxtil, associando-se a empresas mais consolidadas financeiramente e mais ativas na gestão de marca e na adoção de práticas sustentáveis.

TABELA 11.3. EMPRESAS CATEGORIZADAS POR NÚMERO DE EMPREGADOS, CERTIFICADAS E NÃO-CERTIFICADAS, INDICADORES SELECIONADOS

		Média de empregados	Resultados operacionais médios (m€)	Rentabilidade económica média (%)
Micro-empresa	Não certificada	3	314 206,33 €	-39,08
	Certificada	5	3 332 133,79 €	0,57
Pequena empresa	Não certificada	22	1 627 092,86 €	-5,31
	Certificada	27	6 923 059 €	3,80
Média empresa	Não certificada	99	8 701 958,65 €	-1,82
	Certificada	117	14 046 668,27 €	5,63
Grande empresa	Não certificada	543	57 909 822,68 €	2,73
	Certificada	517	49 205 268,31 €	6,06

Fonte: SABI, elaboração própria

A diferença de rentabilidade económica entre as micro-empresas certificadas e não certificadas é marcante, passando de -39,08% para 0,57%. Este aumento, que atinge cerca de 40 pontos percentuais, ilustra como as certificações podem reverter situações financeiras adversas, transformando perdas em ganhos modestos. Adicionalmente, o número de empregados nas empresas certificadas é 67% maior do que nas não certificadas (5 para 3), e os resultados operacionais melhoram de 314 206,33 € para 3 332 133,79 €.

Nas pequenas empresas, a presença de certificações correlaciona-se com um aumento de 22,73% no número médio de empregados (de 22 para 27) e uma melhoria na ren-

tabilidade económica de um défice de -5,31% para um lucro de 3,80%. Os resultados operacionais veem um salto de 1 627 092,86 € para 6 923 059 €, mais de quatro vezes o valor inicial.

Para as médias empresas, a certificação está associada a um aumento de 18,18% no número médio de empregados (de 99 para 117) e um aumento na rentabilidade económica de -1,82% para 5,63%, uma melhoria de 7,45 pontos percentuais. Os resultados operacionais aumentam de 8 701 958,65 € para 14 046 668,27 €, indicando um incremento considerável na geração de receita.

Nas grandes empresas, embora o número de empregados seja quase idêntico, a rentabilidade económica nas certificadas é o dobro daquela que se observa nas empresas não-certificadas (de 2,73% para 6,06%). Isto demonstra como as certificações influenciam positivamente a eficiência e rentabilidade, mesmo em escalas maiores, com os resultados operacionais mostrando um decréscimo de 57 909 822,68 € para 49 205 268,31 €, sugerindo que a rentabilidade não está apenas ligada ao volume de operações, mas à eficácia com que as mesmas são geridas.

TABELA 11.4. EMPRESAS CATEGORIZADAS POR NÚMERO DE EMPREGADOS, CERTIFICADAS E NÃO-CERTIFICADAS, INDICADORES SELECIONADOS (CONTINUAÇÃO)

		Capital médio	Custos médios com materiais	Contagem de marcas
Micro-empresa	Não certificada	37 618,14 €	174 273,43 €	0,15
	Certificada	188 182,50 €	2 580 566,53 €	0,18677
Pequena empresa	Não certificada	113 665,55 €	781 960,71 €	0,35
	Certificada	407 690 €	4 647 247 €	1
Média empresa	Não certificada	651 487,25 €	3 888 439,14 €	0,67
	Certificada	1 358 179,85 €	6 308 205,75 €	0,65
Grande empresa	Não certificada	5 194 786,65 €	30 559 642,47 €	1,98
	Certificada	12 869 626,53 €	17 283 838,99 €	3,08

Fonte: SABI, elaboração própria

4.4 AS EMPRESAS E AS CERTIFICAÇÕES

As empresas podem obter e manter mais que uma certificação. Nesta secção, observam-se esses casos e mostra-se como a estrutura e performance das empresas muda (ou não) com o aumento do número de certificações. As tabelas 12.1 e 12.2 mostram as empresas agrupadas por tamanho e intervalos de certificação.

TABELA 12.1. EMPRESAS AGRUPADAS POR NÚMERO DE CERTIFICAÇÕES

	N Certificações	N Empresas	Média de empregados	Resultados operacionais médios (m€)	Rentabilidade económica média (%)
Micro-empresa	0-3	121	5	1 974,46 €	5,34
	4-7	15	5	5 258,49 €	-4,30
	8-10	N/A	N/A	N/A	N/A
Pequena empresa	0-3	272	25	3 266,34 €	3,80
	4-7	45	27	9 705,56 €	6,10
	8-10	3	32	8 620,13 €	2,99
Média empresa	0-3	157	103	10 683,91 €	7,42
	4-7	85	119	15 182,41 €	6,70
	8-10	7	144	20 475,43 €	1,26
Grande empresa	0-3	9	419	47 314,87 €	1,10
	4-7	9	527	49 568,39 €	5,96
	8-10	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SABI, elaboração própria

As microempresas com 0 a 3 certificações mostram um resultado operacional modesto e uma rentabilidade económica positiva de 5,34%. Aquelas que se situam no patamar seguinte (4-7) exibem resultados operacionais mais elevados, mas uma rentabilidade negativa (-4,30%), sugerindo que, embora mais certificações possam aumentar a receita, também pode elevar os custos ou indicar fases de investimento que afetam temporariamente a rentabilidade. Estas entidades, apesar do seu tamanho modesto (5 empregados em média), exibem uma resposta dinâmica às certificações de sustentabilidade. Inicialmente, com 0-3 certificações, alcançam resultados operacionais modestos (1.974,46 m€) mas têm uma rentabilidade económica positiva (5,34%), sugerindo um equilíbrio entre os esforços de sustentabilidade e a saúde financeira. Contudo, à medida que o número de certificações aumenta para 4-7, apesar dos resultados operacionais melhorarem significativamente (5.258,49 m€), a rentabilidade torna-se negativa (-4,30%). Esta mudança indica que os custos e esforços associados a níveis de certificação mais elevados podem não ser imediatamente recuperados, exercendo um impacto negativo na rentabilidade a curto prazo.

As pequenas empresas exibem resultados operacionais crescentes com o número de certificações. As que têm 4-7 certificações mostrando a maior rentabilidade (6,10%). Isso sugere uma correlação positiva entre o número de certificações e tanto a receita como a rentabilidade, até certo ponto. As pequenas empresas mostram um aumento progres-

sivo tanto nos resultados operacionais quanto na rentabilidade com o número de certificações. Partindo de 0 a 3 certificações, gerem uma força de trabalho de 25 pessoas em média, alcançando resultados operacionais de €3.266,34 e uma rentabilidade de 3,80%. Esta escala sugere que mesmo algumas certificações podem beneficiar substancialmente as pequenas empresas. O impacto das certificações torna-se mais pronunciado com 4-7 certificações, onde tanto o número médio de empregados quanto os resultados operacionais aumentam (para 27 e 9.705,56 m€, respetivamente), além da maior rentabilidade deste segmento (6,10%). No entanto, um aumento para 8-10 certificações mostra um quadro complexo: enquanto o número médio de empregados sobe para 32 e os resultados operacionais permanecem elevados (€8.620,13), a rentabilidade cai para 2,99%, indicando retornos decrescentes de certificações adicionais.

As empresas médias mostram um aumento nos resultados operacionais com mais certificações. No entanto, a rentabilidade diminui no nível mais alto de certificações (8-10), sugerindo retornos decrescentes ou custos mais elevados associados à obtenção e manutenção de um número maior de certificações. Para estas empresas, a relação entre certificações e métricas de desempenho empresarial parece mostrar os benefícios e desafios de escalar os esforços de sustentabilidade. Com 0 a 3 certificações, estas empresas empregam em média 103 pessoas e alcançam a maior rentabilidade do segmento (7,42%) com resultados operacionais robustos (10.683,91 m€), indicando que algumas certificações bem escolhidas podem impulsionar benefícios consideráveis. À medida que o número de certificações aumenta para 4-7, tanto a força de trabalho quanto os resultados operacionais crescem (para 119 e 15.182,41 m€, respetivamente), mas a rentabilidade diminui ligeiramente, para 6,70%. No nível mais alto de certificação (8-10), apesar de alcançar os resultados operacionais mais elevados (20.475,43 m€) com uma média de 144 empregados, a rentabilidade declina significativamente para 1,26%, sugerindo que os custos associados a um grande número de certificações podem não ser sustentáveis para as empresas desta categoria.

Com 0-3 certificações, as grandes empresas têm resultados operacionais significativamente maiores comparados com as suas congéneres mais pequenas, mas exibem uma rentabilidade baixa (1,10%), que melhora ligeiramente com mais certificações (4-7 certificações mostram uma rentabilidade de 5,96%). As grandes empresas, caracterizadas pela sua substancial base de empregados e escala operacional, exibem desafios e oportunidades únicos na integração de certificações de sustentabilidade. Com 0 a 3 certificações, têm uma vasta força de trabalho (419 em média) e resultados operacionais substanciais (47.314,87 m€) mas têm uma rentabilidade menor (1,10%), reflectindo as complexidades de implementar práticas de sustentabilidade em grande escala. O aumento do número de certificações para 4-7 vê uma melhoria tanto nos resultados operacionais (49.568,39 m€) quanto na rentabilidade (5,96%) com um número de trabalhadores ainda maior (527), sugerindo que, nesta escala, um envolvimento moderado com certificações de sustentabilidade pode melhorar a eficiência e o posicionamento de mercado, contribuindo para um melhor desempenho financeiro.

TABELA 12.2. EMPRESAS AGRUPADAS POR NÚMERO DE CERTIFICAÇÕES (CONTINUAÇÃO)

	N Certificações	N Empresas	Capital médio	Custos médios com materiais	Contagem de marcas
Micro-empresa	0-3	121	127 992,99 €	1 396 469,08 €	0,17
	4-7	15	172 777,24 €	4 303 355,96 €	0,27
	8-10	N/A			
Pequena empresa	0-3	272	258 568,86 €	1 748 492,88 €	0,49
	4-7	45	476 983,31 €	6 413 179,25 €	0,40
	8-10	3	256 666,67 €	6 536 542,22 €	0,00
Média empresa	0-3	157	971 945,64 €	4 385 202,66 €	0,76
	4-7	85	1 091 297,10 €	6 387 696,96 €	0,64
	8-10	7	4 997 172,14 €	11 613 000,38 €	0,43
Grande empresa	0-3	9	4 840 984,17 €	22 632 278,45 €	1,00
	4-7	9	14 430 000,00 €	17 184 018,79 €	3,22
	8-10	N/A			

Fonte: SABI, elaboração própria

Com um capital médio de €127.992,99 e custos médios com materiais de €1.396.469,08, as microempresas com 0 a 3 certificações possuem em média 0,17 marcas. O capital relativamente modesto, juntamente com custos substanciais de materiais, indica que estas entidades estão nas fases iniciais de desenvolvimento da sua presença de marca, com as certificações de sustentabilidade potencialmente servindo como um diferenciador no mercado. Na categoria seguinte, ocorre um aumento tanto no capital médio (€172.777,24) quanto nos custos de materiais (€4.303.355,96), juntamente com um ligeiro aumento na contagem de marcas (0,27), sugere que um maior investimento em esforços de sustentabilidade está correlacionado com aumentos nas despesas operacionais, mas pode também contribuir para um desenvolvimento de marca aprimorado.

As empresas de pequena dimensão com 0 a 3 certificações demonstram um aumento significativo com um capital médio de €258.568,86 e custos de materiais de €1.748.492,88, gerindo em média 0,49 marcas. Isso mostra uma operação mais estabelecida, aproveitando as certificações de sustentabilidade para aprimoramento da marca e potencialmente eficiências operacionais. Na categoria seguinte, o capital e os custos com materiais aumentam para €476.983,31 e €6.413.179,25, respectivamente, com uma ligeira diminuição na contagem de marcas (0,40). Isso indica investimentos substanciais em práticas de sustentabilidade que podem não estar diretamente correlacionados com a proliferação da marca, mas possivelmente refletem um foco em qualidade em vez de quantidade. As pequenas empresas com mais certificações (8-10) manifestam um ajuste notável no capital (€256.666,67), que se aproxima ao intervalo de 0-3 certificações, com custos de materiais ainda maiores (€6.536.542,22) e uma contagem de marcas reduzindo para 0. Isso pode sugerir que, além de um certo ponto, certificações adicionais podem não contribuir para o desenvolvimento da marca.

As médias empresas apresentam um capital médio considerável de €971.945,64 e custos de materiais de €4.385.202,66, com uma maior contagem de marcas de 0,76. Isso

reflete uma operação robusta onde certificações de sustentabilidade potencialmente desempenham um papel significativo no valor da marca e operacional.

4-7 Certificações: Com um ligeiro aumento no capital (€1.091.297,10) e custos com materiais (€6.387.696,96), a contagem de marcas diminui ligeiramente para 0,64, indicando que, enquanto os investimentos em sustentabilidade continuam a aumentar, o impacto direto na contagem de marcas se torna menos pronunciado. No patamar seguinte, ocorre um aumento dramático no capital médio (€4.997.172,14) e custos com materiais (€11.613.000,38) com uma contagem de marcas reduzindo para 0,43 indica que, em altos níveis de certificação, os investimentos operacionais e de capital aumentam significativamente.

As grandes empresas, por seu turno, mostram o maior capital médio (€4.840.984,17) e custos com materiais (€22.632.278,45) entre todos os grupos, gerindo em média uma marca na primeira categoria. Esta escala sugere uma operação sofisticada onde certificações de sustentabilidade são provavelmente integradas em estratégias operacionais e de marca mais amplas. No patamar seguinte, verifica-se um aumento substancial no capital médio (€14.430.000,00) com uma diminuição nos custos com materiais (€17.184.018,79), e um salto significativo na contagem de marcas para 3,22. Este cenário sugere que, para grandes empresas, um aumento no investimento em certificações de sustentabilidade pode levar a uma utilização mais eficiente de materiais e melhorar o desenvolvimento e visibilidade das suas marcas.

5.

CONCLUSÃO

5.1 RESUMO

Este relatório oferece uma visão geral da importância crescente da sustentabilidade na indústria têxtil, destacando o modo como as certificações de sustentabilidade se tornaram centrais para as empresas que buscam não apenas cumprir com exigências regulatórias mas também atender às expectativas dos consumidores. Os objetivos do estudo incluem avaliar o impacto das certificações de sustentabilidade no desempenho empresarial, explorar variações setoriais e geográficas, e entender como diferentes escalas de empresa interagem com essas certificações.

A metodologia adotada envolveu a análise exploratória e a descrição de dados recolhidos a partir de uma variedade de fontes, incluindo métricas como número de certificações, capital médio, custos com materiais, rentabilidade económica e contagem de marcas. Além disso, foram consideradas variáveis geográficas e setoriais para uma análise mais granular dos resultados.

Os resultados mostram que há uma correlação positiva entre o número de certificações de sustentabilidade e o desempenho das empresas, embora com nuances importantes. As micro e pequenas empresas com um número moderado de certificações exibem melhorias significativas no desempenho operacional e na rentabilidade económica. Em contrapartida, as empresas de médio e grande porte necessitam de uma abordagem mais integrada às certificações para capitalizar efetivamente sobre seus benefícios, enfrentando desafios relacionados aos custos operacionais e à complexidade.

Do ponto de vista sectorial e geográfico, o estudo detalha como as certificações de sustentabilidade têm impactos diferenciais nos sectores considerados. Apesar disso, confirma-se a liderança generalizada do Norte na adoção de práticas sustentáveis, revelando como estas influenciam o desempenho e a robustez empresarial em diferentes escalas e sectores. As empresas certificadas demonstram vantagens significativas em termos de desempenho operacional, rentabilidade económica e escalabilidade quando comparadas com as que não se encontram certificadas, mostrando o valor estratégico das certificações como diferenciadores competitivos e indicadores de práticas sustentáveis.

No sector têxtil, por exemplo, a concentração de certificações OEKO-TEX Standard 100, especialmente na região Norte, reflecte a importância da região como centro industrial onde as práticas sustentáveis são valorizadas e promovidas. Empresas deste sector com certificações tendem a mostrar uma melhoria notável no desempenho e na rentabilidade, evidenciando a eficácia das certificações em alavancar a eficiência operacional.

O sector do vestuário, dominado pela certificação GOTS, ilustra um compromisso com a sustentabilidade ambiental e social. Este sector enfrenta desafios específicos na integração destas práticas em toda a cadeia de valor, que é tendencialmente mais complexa e opaca que a sua congénere têxtil, o que tem um impacto concreto na rentabilidade e eficiência operacional. A certificação, neste sector, também sinaliza empresas comprometidas com processos de fabricação menos prejudiciais e o uso de fibras orgânicas.

No sector do calçado, a certificação Leather Standard da OEKO-TEX indica uma preocupação com a segurança e qualidade dos materiais. Este setor busca um equilíbrio entre qualidade dos produtos e sustentabilidade, enfrentando desafios específicos relacionados ao uso de substâncias nocivas na produção de calçado. A baixa densidade de certificação neste sector, associada aos custos com materiais, sugere que é necessária uma abordagem mais intensiva às empresas com actividade no fabrico de calçado para incentivar e promover a adopção de *standards* de sustentabilidade.

As diferenças regionais e sectoriais apontam para o potencial de crescimento e diferenciação através de certificações em regiões menos representadas e, provavelmente, com a aposta em sectores ou subsectores em que a certificação cobre menos empresas e componentes da cadeia de valor. A descrição feita neste estudo sugere que estratégias sectoriais e geográficas diferenciadas são cruciais, reconhecendo a variabilidade dos impactos das certificações nos benefícios operacionais e de mercado.

As micro e pequenas empresas beneficiam de um número moderado de certificações, já que isso parece melhorar desempenho operacional e a rentabilidade. Já as médias e grandes empresas mostram uma capacidade de investir e capitalizar sobre um número mais elevado de certificações, apesar dos desafios associados aos custos operacionais e complexidade. As grandes empresas, em particular, podem utilizar as certificações como parte de uma estratégia de sustentabilidade mais ampla. A análise das certificações revela que tipos específicos de certificação, como BCI e OEKO-TEX Made in Green, estão directamente correlacionados com variações nos resultados operacionais e na rentabilidade económica, sugerindo que os benefícios das certificações variam significativamente dependendo da natureza da certificação e dos objetivos estratégicos da empresa.

5.2. RECOMENDAÇÕES

Com base nas conclusões deste estudo, podemos avançar as quatro recomendações seguintes às empresas dos sectores considerados:

1. Investir na adopção estratégica de certificações
O estudo sugere que o impacto da certificação depende do sector (e subsector), além de depender da inserção geográfica e do segmento da empresa. Além disso, a aposta na certificação em série tem vantagens dependentes do contexto. Por isso, a adopção de certificações, que tem custos inerentes muito elevados – veja-se o acentuado incremento nos custos com materiais das empresas certificadas –, deve ser preparada e implementada de forma cuidadosa e estratégica, particularmente no que concerne à sinalização de um compromisso com a sustentabilidade. A pressão dos consumidores é relevante, mas não decisiva, uma vez que o seu interesse e conhecimento sobre esquemas de certificação é dúbio;
2. Investir em capacitação para a sustentabilidade como abordagem integrada
Os esquemas de certificação investigados neste relatório têm custos financeiros e técnicos muito elevados. O compromisso com a sustentabilidade deve ser acompanhado por um investimento robusto e prolongado na capacitação dos traba-

lhadores para a adopção e manutenção de esquemas de certificação como forma de transformar todo o modelo de negócio;

3. Investir na sustentabilidade como racionalização do modelo de negócio
Como mostrado por este estudo, a sustentabilidade, na sua vertente certificação, é uma forma economicamente sensata de racionalizar a estrutura das empresas, independentemente do sector. É por isso que, em todos os sectores e segmentos, as empresas certificadas são economicamente mais rentáveis que as não certificadas, além de terem resultados operacionais muito mais robustos. Assim, o investimento em certificação parece confirmar a viabilidade de um compromisso;
4. Investir na comunicação do compromisso com a sustentabilidade
Embora o estudo mostre que as empresas certificadas gerem mais marcas que as não certificadas, o potencial de comunicação da sustentabilidade, em especial num mundo em que o consumo sustentável está a tornar-se mais afirmativo, não se encontra cumprido. As empresas certificadas podem (e devem, do ponto de vista do retorno do investimento em certificação) comunicar mais e melhor o seu compromisso com sustentabilidade, o que poderá resultar no surgimento de mais marcas que sinalizam esse compromisso. Na medida em que a certificação já se encontra adoptada e implementada, investir em comunicação e *marketing* de sustentabilidade centrada na certificação é um passo óbvio e razoável.

5.3 INVESTIGAÇÃO FUTURA

Em termos de investigação futura, este estudo fornece a base para uma pesquisa comparada dos padrões de certificação da indústria portuguesa com as suas congéneres europeias, nomeadamente a espanhola, francesa e italiana. Contudo, e tendo em conta que os esquemas de certificação proliferam, a abordagem deste estudo pode ser aplicada a qualquer sector e, desejavelmente, aos sectores mais problemáticos do ponto de vista da sustentabilidade. Deste ponto de vista, a indústria têxtil, do vestuário e do calçado e peles poderia ser substituída por ou comparada com a indústria agro-alimentar, que também tem um historial complexo do ponto de vista do impacto ambiental das suas cadeias de valor.

REFERÊNCIAS

- Adger, W. Neil, and Andrew Jordan, eds. 2009. *Governing Sustainability*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511807756>.
- Almeida, Luis. 2015. "Ecolabels and Organic Certification for Textile Products." In *Roadmap to Sustainable Textiles and Clothing*, edited by Subramanian Senthilkannan Muthu, 175–96. Textile Science and Clothing Technology. Singapore: Springer Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-287-164-0_7.
- Bruna, Marconi, and Ana Cristina Broega. 2022. "Circular Business Model, Sustainable Alternative for the Portuguese Textile Sector - Case Studies." In , 149–54. Guimarães, Portugal. <https://doi.org/10.4028/p-b5f746>.
- Domingues, Tiago. 2019. "Global Value Chains and Vertical Specialization: The Case of Portuguese Textiles and Shoes Exports." Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia. <https://EconPapers.repec.org/RePEc:mde:wpaper:0117>.
- Galvão, Anderson Rei, Carla Susana Marques, Carla Mascarenhas, Vitor Braga, and Rita Pereira. 2021. "Motivations and Barriers for the Sustainable Internationalization of the Portuguese Textile Sector." *Sustainability* 13 (23): 13147. <https://doi.org/10.3390/su132313147>.
- Hall, Rodney Bruce, and Thomas J. Biersteker. 2002. "The Emergence of Private Authority in the International System." In *The Emergence of Private Authority in Global Governance*, edited by Rodney Bruce Hall and Thomas J. Biersteker, 1st ed., 3–22. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511491238.002>.
- Moreira, Luis, Anderson Rei Galvão, Vitor Braga, Alexandra Braga, and Jaime Teixeira. 2023. "Sustainability as a Gateway to Textile International Markets: The Portuguese Case." *Sustainability* 15 (5): 4669. <https://doi.org/10.3390/su15054669>.
- Plakantonaki, Sofia, Kyriaki Kiskira, Nikolaos Zacharopoulos, Ioannis Chronis, Fernando Coelho, Amir Togiani, Konstantinos Kalkanis, and Georgios Priniotakis. 2023. "A Review of Sustainability Standards and Ecolabeling in the Textile Industry." *Sustainability* 15 (15): 11589. <https://doi.org/10.3390/su151511589>.
- Ponte, Stefano. 2019. *Business, Power and Sustainability in a World of Global Value Chains / Stefano Ponte*. London: Zed Books.
- Stadheim, Victoria. 2023. "Product Specialisation, Global Competition, and Industrial Decline: Portugal's Path to Crisis." *Competition & Change* 27 (5): 770–89. <https://doi.org/10.1177/10245294231168521>.

Truett, Lila J., and Dale B. Truett. 2019. "Challenges in the Portuguese Textile and Clothing Industry: A Fight for Survival." *Applied Economics* 51 (26): 2842–54. <https://doi.org/10.1080/00036846.2018.1558362>.

Vogel, David. 2010. "The Private Regulation of Global Corporate Conduct: Achievements and Limitations." *Business & Society* 49 (1): 68–87. <https://doi.org/10.1177/0007650309343407>.

